

PERSPECTIV@S

um novo olhar para a educação de jovens e adultos

nº 1, junho de 2015

Ensino e aprendizagem
na educação de jovens e adultos

CENTRO PAULA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

ISSN: 2446-7677

PRIMEIRAS PALAVRAS

O Centro Paula Souza e o Ministério da Educação e Cultura / Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação firmaram em 2011 o Convênio CPS/MEC-FNDE Nº 400012/2011, oficializando a participação do ensino técnico do estado de São Paulo no Programa Brasil Profissionalizado com uma ampla proposta de aquisição de equipamentos para Laboratórios de Ensino Técnico e Ensino Médio e de Formação Continuada de Professores da Educação Profissional.

Integrante desta proposta, o Curso Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos – Nível Aperfeiçoamento é desenvolvido numa parceria entre a Unidade de Ensino Médio e Técnico, a Unidade de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão e a Fatec São Paulo, visando a atualização de 640 educadores para atendimento das demandas de educação profissional de jovens e adultos na modalidade EJA.

Tal iniciativa é particularmente importante na perspectiva de contemplar a inserção no sistema educacional de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso ou permanência no período regular. Acresce-se, ainda, que grande parte dos alunos dos cursos técnicos modulares é composta por jovens e adultos inseridos no mundo do trabalho, formal ou informal, mas com características e vivências que também não podem ser ignoradas no processo de ensino-aprendizagem.

A atuação dos educadores com tal público é revestido de desafios, tanto metodológicos como de conteúdo, e por que não dizer, filosóficos, ideológicos e conceituais uma vez que o tema, Educação de Jovens e Adultos implica na necessidade de rever a relação professor-aluno no processo de educação escolar. Afinal,

É difícil transformar as práticas arraigadas adquiridas durante todas as etapas de formação escolar do profissional de educação e reproduzidas em vários anos de trabalho pedagógico. Mas, no contexto de grandes transformações pelas quais passam a sociedade, a tecnologia e o mundo do trabalho, é chegada a hora de o educador rever e re(construir) sua prática pedagógica de modo a acompanhar a velocidade das mudanças do mundo em que vive. (MATHIEU e BELEZIA, 2013:12)

A presente revista digital representa o esforço coletivo de toda a equipe envolvida no curso Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos, no intuito de dar voz aos docentes e educadores preocupados com este segmento de educandos com o objetivo de divulgar pesquisas e estudos relacionados com a Educação de Jovens e Adultos, no seu contexto mais amplo, tanto nos aspectos metodológicos como também com foco nas políticas públicas, gestão escolar e a relação educação e trabalho.

O primeiro número da revista, que ora apresentamos, contém artigos de cursistas das turmas de 2013 e 2014, originados dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, selecionados por uma comissão de professores e que apresentam uma multiplicidade de abordagens sobre o tema, que nos permite vislumbrar a diversidade de experiências e relatos que se seguirão nos próximos números.

Acreditamos que sua leitura proporcionará oportunidades de reflexão, instigando para novas pesquisas e aprofundamento. Esta é a nossa intenção.

Eva Chow Belezia

Professora coordenadora de projetos

Centro Paula Souza – Unidade do Ensino Médio e Técnico

EXPEDIENTE

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

DIRETORA SUPERINTENDENTE

Laura Laganá

VICE-DIRETOR SUPERINTENDENTE

César Silva

CHEFE DE GABINETE DA SUPERINTENDÊNCIA

Luiz Carlos Quadrelli

COORDENADORA DA UNIDADE DE PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA

Helena Gemignani Peterossi

COORDENADORA DO ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO

Mariluci Alves Martino

COORDENADOR DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO

Almério Melquíades de Araújo

COORDENADORA DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

Silvana Maria Brenha Ribeiro

PROFESSORA RESPONSÁVEL PELO CURSO ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Eva Chow Belezia

CORPO EDITORIAL

Profª MS. Eva Chow Belezia

Profª MS. Ivone Marchi Lainetti Ramos

Profª Dra. Juliana Nazaré Alves

Profª MS. Lidia Ramos Aleixo de Souza

Prof. MS. Paulo Roberto Prado Constantino

Profª Dra. Senira Annie Ferraz Fernandes

EQUIPE TÉCNICA E PEDAGÓGICA

Adriana Nunes Medroni

Erika Cristina Silva Batista Queiroz

Eva Chow Belezia

Geraldo José Sant'Anna

Gislayno Ficuciello Monteiro da Silva

Ivone Marchi Lainetti Ramos

Juliana Nazaré Alves

Lidia Ramos Aleixo de Souza

Lucilene Santos Silva Fonseca

Marcia Regina de Oliveira Poletine

Marta Louzada Zen Fujita

Paulo Roberto Prado Constantino

Regina Helena Rizzi Pinto

Romualdo Emílio

Senira Annie Ferraz

Silvana Maria Brenha Ribeiro

Silvia Petri Dalla Nora Silva

Sonia Maria Valsecchi Ribeiro de Souza

Sueli Medeiros Nanni

Thais Yuri Matsumoto Takaoka

EQUIPE DE APOIO

Elizabeth Silva

Fernando Marcos Martins

Joyce da Silva Costa

Michel Fares Breidi

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Paulo Constantino 8

INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS E ADULTOS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Ademilde Terezinha Mendes Marques 10

AS TECNOLOGIAS COMO AUXÍLIO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS: FERRAMENTAS DE ENSINO

Adriana Araujo da Silva 18

USO DA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE A INFREQUÊNCIA E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS NOTURNOS DA ETEC PREFEITO JOSÉ ESTEVES

Adriana Nunes Medroni 24

A IMPORTÂNCIA DOS EDUCADORES E SEU COMPROMETIMENTO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FASE INICIAL DE SUA BUSCA POR ALFABETIZAÇÃO

Albina Gonçalves Felipe 30

ESTUDO DA SATISFAÇÃO DOS DISCENTES QUANTO AO PROGRAMA VENCE DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO

Amneris Ribeiro Caciatori 36

O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Lisiane Regina dos Santos 46

A INCLUSÃO DIGITAL E O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Luiz Fernandes da Silva Sales 54

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO TÉCNICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO PROFISSIONAIS PARA O ATUAL MERCADO DE TRABALHO

Luiz Antonio Frezzarin 60

OS PARÂMETROS LEGAIS DO ENSINO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Maria Rafaela Junqueira Bruno Rodrigues 68

CONCLUINTES DA EJA E CURSOS TÉCNICOS: A PROCURA POR QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL

Maria Salete Zufelato Vencel 74

CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM
DE JOVENS E ADULTOS DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Nivia Cristiane de Macedo 82

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM APRESENTADAS PELOS ALUNOS DO CURSO DE
ENFERMAGEM

Samira Rodrigo dos Santos Silva 90

A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO AFETIVO ENTRE DOCENTE E ALUNO PARA O
APRENDIZADO E PERMANÊNCIA DO EDUCANDO NA EJA DO ENSINO TÉCNICO

Viviane Corrêa do Nascimento 96

AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES PARA O PÚBLICO DE
JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Viviane Borda 104

PROPOSTAS PARA O AUMENTO DA TAXA DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA
RELACIONADAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Zaina Maria Garbellini 112

CHAMADA DE TRABALHOS

..... 118

APRESENTAÇÃO

Com grande honra apresento os textos a seguir. Eles são o resultado da produção cuidadosa dos trabalhos de conclusão do curso “Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos”.

A publicação oferece um painel diversificado sobre as experiências e pesquisas destes cursistas, que são também professores ou gestores do ensino médio, técnico e tecnológico do Centro Paula Souza. A diversidade das formações, trajetórias e modos de atuação foram, certamente, elementos enriquecedores dos trabalhos aqui apresentados.

Esta multiplicidade permitiu que os textos fossem elaborados como relatos de experiências ou de pesquisas empreendidas. Os cursistas que não estavam familiarizados com a produção acadêmica tiveram a oportunidade de tomar contato com o gênero. Os mais habituados às publicações ganharam um espaço para a divulgação de sua lavra. O trabalho tinha, portanto, esta primeira perspectiva, de despertar os profissionais para a produção e sistematização científica de seus conhecimentos. Todavia, tais produções constituem-se não apenas em exercícios individuais de reflexão sobre o trabalho escolar, mas podem servir de subsídio para novas ações no campo pedagógico, de planejamento estratégico ou formação continuada nas instituições envolvidas, contribuindo para o atendimento destas demandas de modo mais específico.

Por fim, destaco o trabalho incansável dos orientadores, feito com dedicação e seriedade. Somos gratos aos professores e tutores que atuaram de modo excelente junto aos cursistas, concedendo seu tempo e conhecimentos para que os textos fossem concluídos, revisados e publicados. Como professor e orientador neste curso, afirmo que a tarefa, neste caso, foi mais do que pensar em modelos de pesquisa, normas e referenciais bibliográficos: foi também o estímulo permanente aos profissionais participantes, que por muitas vezes atuavam em mais de uma escola, possuíam seus (muitos) afazeres e, ainda assim, perseveraram nas atividades diárias no ambiente virtual, bem como na elaboração e correção dos artigos que compõem este volume.

Os que participaram desta empreita reafirmaram a escola pública como um agente de transformação da condição profissional e pessoal dos jovens e adultos brasileiros. Eis a contribuição desta equipe.

Paulo Constantino

Professor e orientador no curso

“Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos”

Maio de 2015



INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS E ADULTOS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Ademilde Terezinha Mendes Marques

ademilde.marques@gmail.com

ETEC Prefeito Alberto Feres - Centro Paula Souza, orientada pela Prof.^a Me.Cathia Lima Petroni.

Nesta pesquisa discutimos sobre as políticas inclusivas das últimas quatro décadas no Brasil. Ela foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo direcionada aos alunos do PROEJA. A partir desses dados, elaborou-se uma reflexão sobre os papéis do PROEJA.

En esta investigación discutimos las políticas inclusivas de las últimas cuatro décadas en Brasil. Dicho estudio se llevó a cabo desde una revisión de la literatura y una investigación de campo dirigida a los alumnos del Proeja. A partir de estos datos, elaboramos una reflexión acerca de los papeles del Proeja.

PALAVRAS CHAVE: educação, exclusão, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

A escola precisa ser entendida como um braço da sociedade que reflete todos os valores éticos e sociais que nela ocorrem. Daí a necessidade da construção de uma política educacional que assegure a qualidade necessária para o surgimento de uma consciência social igualitária.

É necessário que educadores revejam suas práticas pedagógicas e se adequem às novas políticas implantadas tirando delas o máximo proveito.

A partir de uma revisão bibliográfica e de entrevistas com alunos, pretendeu-se levantar discussões sobre a qualidade da educação e a inserção de um grupo de alunos na sociedade.

A FORMAÇÃO DO SER HUMANO E SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE

A partir de um ponto de vista filosófico, qual conceito de emancipação foi adotado para se organizar as políticas educacionais no Brasil? Segundo Kant, a emancipação humana nada mais é que o uso da racionalidade nos interesses políticos. Já Marx coloca que emancipação implica na superação do individualismo e das determinações impostas pelo governo através apropriação das forças políticas e sociais dos cidadãos. Adorno diz que a educação deve formar seres humanos autônomos, capazes de superar as ideologias da classe dominante. Para Freire, a superação da alienação se dará através do processo de humanização coletiva.

Essa breve revisão filosófica do conceito de emancipação, criticidade e liberdade se faz necessária para analisar as políticas públicas de inclusão das classes menos favorecidas, em especial dos integrantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional (PROEJA), e dos demais projetos direcionados à educação profissionalizante.

A questão que se coloca então é: de que forma ocorre a emancipação nas políticas educacionais da EJA e da educação profissional no Brasil?

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

No Brasil, no início da década de 70, intensificaram-se as preocupações em oferecer educação de “qualidade” à população no sentido de preparar o indivíduo para o trabalho e para a cidadania.

A partir dessa década as políticas educacionais passaram a ter uma ação reparadora, qualificadora e equalizadora (MATHIEU e BELEZIA, 2013, p.48), com o propósito de incluir aqueles que até então estavam fora do processo de ensino-aprendizagem.

A Lei 5.692/71 contemplou a profissionalização obrigatória. Porém, escolarização apresentou muitas falhas devido a falta de estrutura das escolas que não possuíam condições concretas de receber o grande número de alunos oriundos do primeiro grau.

No ano de 1982, na tentativa de corrigir este e outros problemas, foi instituída a Lei 7.044/82. Nela retorna-se à dualidade do ensino no segundo grau: ou uma formação técnica profissionalizante, ou uma formação orientada para a entrada na universidade.

Na década seguinte, a Lei nº 9.394/96 (LDB) destaca a importância da educação profissional aliada a educação básica ou formal direcionada à classe trabalhadora.

No primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Ministério do Trabalho em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), implantou sem muito sucesso o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

A escola precisa ser entendida como um braço da sociedade que reflete todos os valores éticos e sociais que nela ocorrem.

Em 1997, através do Decreto 2.208/97 é implantado o PROEP (Portaria MEC – nº 1.005/97) através do qual o Ensino Médio passa a ser desvinculado do Ensino Técnico.

Ainda neste período implanta-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), cuja finalidade era profissionalizar trabalhadores rurais, principalmente os assentados. Outro exemplo são os CEFETS, que passam a oferecer ensino integrado, formação geral e formação profissional.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) implantado no período de 2003/2007, no primeiro mandato do Presidente Lula, tentou reparar, ainda que sem muito sucesso, o fracasso do PLANFOR. Para isso, pautou-se na formação integral do trabalhador reconhecendo seu histórico de vida e promovendo o desenvolvimento de valores éticos, sociais e culturais.

Segundo Rummert (2010), as propostas da EJA são um simulacro da educação, pois se estruturam nas necessidades do mercado, na manutenção do subemprego, na flexibilização dos direitos sociais e na ideologia do auto emprego ou empregabilidade. Nesse quadro, o processo educativo pauta-se pela necessidade precária de qualificação e não pela construção de sujeitos críticos, autônomos e emancipados.

No entanto, novas ações foram tomadas para alterar esse quadro. Por exemplo, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) cuja finalidade foi elevar a escolaridade articulando o ensino fundamental à qualificação profissional.

O Decreto nº 5.840/06, propôs a garantir a construção de um projeto político pedagógico integrado, determinando que o PROEJA fosse oferecido das seguintes formas:

1. Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
2. Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
3. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos;
4. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de jovens e adultos;
5. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos;
6. Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade na educação de jovens e adultos.

A questão da emancipação surge como uma necessidade de propor um novo modelo educacional contra-hegemônico, onde a classe trabalhadora possa assumir-se construtora do seu próprio conhecimento e transformadora da realidade social.

Emancipar o ser humano é um desafio a ser atingido. Segundo Viero (2007), o Estado brasileiro possui uma destacada ideologia neoliberal, que possui uma igualdade contida apenas na lei, longe de ser garantida de fato para a maioria da população.

A classe dominante busca mão de obra especializada e barata proveniente destes cursos profissionalizantes. Apesar disso, assume um discurso em que a classe dominada está recebendo atenção suficiente para se colocar na sociedade de forma atuante.

No sistema capitalista a inclusão está sempre subordinada a exclusão. Ou seja, “primeiro, precisa ser excluído, em seguida reduzido à dimensão meramente econômica para, depois, ser incluído sob outro estatuto ontológico, processo que se dá, não individualmente, mas no bojo das relações sociais e produtivas ao longo da história” (KUENZER, 2010, p. 255).

METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica que procurou levantar o significado de uma educação libertadora e emancipatória.

A partir dessa reflexão foi aplicado um questionário aos estudantes que hoje frequentam o PROEJA e cursos rápidos, como o PEQ, visando identificar seus objetivos e se estes estão de acordo com as propostas do governo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A clientela pesquisada corresponde a 21 alunos que frequentam o PROEJA na rede Municipal e 20 alunos que estão realizando o PEQ oferecido pelo Centro Paula Souza.

Do total observou-se que 92,6% dos alunos são do sexo feminino, onde mais de 53,7% possuem de 1 a 2 filhos e 19,5%, 3 ou mais.

A idade dos entrevistados está distribuída da seguinte forma: 23,6% entre 17 a 22 anos, 19,5% de 23 a 35 anos e 14,6% mais de 36 anos. 73,1 % encontram-se desempregados, todos do sexo feminino, identificando-se como “do lar”.

Todos foram unânimes quanto a decisão de voltar aos estudos para ingressar ou progredir no trabalho. A pesquisa mostrou que a grande maioria das mulheres pretende sair de sua condição de alienação e dependência financeira procurando, através dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho. Identificou-se, também, que aproximadamente 30% desse público são jovens que retornaram aos estudos e agora, com filhos, necessitam de uma melhor formação cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última década, foram implantados várias políticas educacionais e novos modelos relacionados a profissionalização do cidadão. Porém, lançar somente leis não assegura a inserção da população desfavorecida na sociedade.

É necessário um novo modelo com políticas públicas mais abrangentes e instituições de ensino comprometidas. É preciso que se invista na capacitação dos educadores. O docente precisa ser um profissional capaz de conduzir atividades que levem ao crescimento do grupo e do indivíduo.

Sabemos que na prática é impossível resolver todos os problemas. Porém, se o processo for realizado com comprometimento de toda a sociedade, resultados importantes poderão ser alcançados.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. In: ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALVES, Nilda e VILLARDI, Raquel. Múltiplas leituras da LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei n. 9.394 – 96). Rio de Janeiro, Qualitymark Dunya Ed., 1997 – Jane Paiva – Desafios à LDB: educação de jovens e adultos para um novo século! (pag.85 a 104).

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A Educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 1997, v.56

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP (FEU), 1999.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas Sobre a Redefinição da Identidade e das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 de set. 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos. A internacionalização da Inclusão. Revista de ciência da Educação. Educação e Sociedade. Campinas, 2002, v.23, pág. 301 a 327.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é o Iluminismo? In: A paz perpétua e outros opúsculos. (Trad.) Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2009.

MARX, Karl. A Questão Judaica. In: Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATHIEU, Elizabete Rodrigues de Oliveira e BELEZIA, Eva Chow. Formação de jovens e adultos: (Re) Construindo a prática pedagógica. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013, pág.48.

PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562>. Acesso em: 06 de ago. de 2013.

RAMA, Leslie M.J.S. Legislação do Ensino: uma introdução ao seu estudo. São Paulo, EPU, 1987.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, nº 1, 175 - 208, jan. / jun. 2008. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2008_01/SoniaMaria.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. Educar por competências: o que há de novo? Porto Alegre: Artmed, 2011, pág.102 e 103.

VIERO, Anesia. Educação de Jovens e Adultos: da perspectiva da Ordem Social Capitalista à solução para Emancipação Humana. In: GUSTSACK, Felipe; VIEGAS, Moacir F.; BARCELOS, Valdo. Educação de Jovens e Adultos: saberes e fazeres. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. pág. 204-232.

AS TECNOLOGIAS COMO AUXÍLIO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS: FERRAMENTAS DE ENSINO

Adriana Araujo da Silva

prof.artesadriana@gmail.com

Professora da área de Arte na Etec Adolpho Berezin em Mongaguá e Coordenadora Pedagógica da Etec de Peruíbe, Centro Paula Souza. Orientado por Erika Cristina Silva Batista Queiroz.

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre a importância do uso das tecnologias digitais, especificamente os infográficos, para que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) participem de um processo de aquisição de conhecimento de forma significativa.

En este artículo se presenta un estudio sobre la importancia del uso de las tecnologías digitales, específicamente los infográficos, para que los alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) participen en un proceso de adquisición de conocimientos de manera significativa.

PALAVRAS CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA), tecnologia, ensino, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A configuração atual da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com referências às políticas educacionais, permitem que os jovens ingressem cada vez mais cedo nesta modalidade de ensino.

Esses alunos chegam desmotivados, alegando um fracasso atribuído a eles mesmos e ao cenário político e social. São conscientes das transformações tecnológicas e acreditam que a escola pode auxiliá-los na inclusão desse ambiente.

JUSTIFICATIVA

As dificuldades dos alunos ao utilizarem as tecnologias digitais impulsionam os docentes a uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem. Inserir os meios digitais no ensino de jovens e adultos implica, também, em uma questão de responsabilidade social. Essas práticas devem desenvolver suas potencialidades, permitindo trocas de experiências e informação além de ampliar o conhecimento coletivo.

OBJETIVOS

Criar novas situações e incentivar o uso das tecnologias digitais no ensino e aprendizagem para o Ensino de Jovens e Adultos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa partiu de uma reflexão teórica sobre a inclusão das tecnologias digitais na educação de Jovens e Adultos.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho incluiu a análise e a reflexão de alguns referenciais teóricos e o relato de experiências aplicadas em sala de aula com jovens e adultos de dois cursos técnicos: Modelagem do Vestuário e Turismo Receptivo.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA APRENDIZAGEM

A utilização das tecnologias digitais na sala de aula auxilia na inclusão de alunos jovens e adultos no mercado de trabalho, cabendo aos professores perceberem a importância das suas mediações e a responsabilidade de motivá-los no uso dessas ferramentas.

Em entrevista à Revista Nova Escola, Edição 184, a professora Léa Fagundes comenta sobre as relações entre as tecnologias e a aprendizagem. Segundo ela, “Devemos dar condições para que os estudantes de idades e vivências diferentes se agrupem livremente, em lugares próximos ou distantes, mas com interesses e desejos semelhantes. Eles vão escolher o que desejam estudar”.

As dificuldades dos alunos ao utilizarem as tecnologias digitais impulsionam os docentes a uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem.

Para os propósitos deste trabalho, foi apresentada a ferramenta Infográfico para turmas de alunos provenientes da EJA. A partir dela os alunos puderam explorar o conteúdo da disciplina e se motivaram para a criação coletiva de um banner com imagens e texto.

PAULO FREIRE INSPIRAÇÃO PARA PROJETOS EDUCACIONAIS E DE INCLUSÃO SOCIAL

A organização não governamental Comitê para Democratização da Informática (CDI), inspirada nos preceitos de Paulo Freire, criou a primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC) no Morro Dona Marta, Zona Sul do Rio de Janeiro em 1995. Com o objetivo de oferecer cursos básicos de informática, ela articulou uma grande campanha de arrecadação de computadores intitulada “Informática para Todos”.

Paulo Freire deixou contribuições diversas sobre a discussão da pedagogia da autonomia na Educação no século XXI.

Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica (FREIRE 1996, 15).

Freire sugere que os docentes não podem ser meros transmissores de conhecimento e sim criadores de possibilidades de descobertas. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, 23).

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS COM A FERRAMENTA INFOGRÁFICO

A produção foi realizada com alunos dos cursos Modelagem para o Vestuário e Turismo Receptivo. Para auxiliá-los na superação das suas dificuldades individuais, foi necessário organizar o trabalho em grupo.

Quadro1: Produção dos alunos de Modelagem para o Vestuário



Para a realização do banner, os alunos receberam as orientações do docente sobre a ferramenta tecnológica infográfico. Em seguida os alunos foram orientados para realizarem a coleta de dados e imagens para, finalmente, montarem o infográfico. Ao trabalhar a composição das imagens junto com o texto, criou-se uma interpretação universal do conteúdo, já que todo desenho ou imagem pictórica é capaz de codificar informações que auxiliam na compreensão de forma interativa e significativa. Os alunos mostraram motivação e entusiasmo ao apresentarem suas composições para os demais colegas.

Quadro2: Produção dos alunos de Turismo Receptivo



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho, destacou-se a importância de se utilizar tecnologias de ensino para a integração de jovens e adultos na era digital. É necessário que os docentes realizem atualizações tecnológicas e metodológicas frequentes para estarem hábeis a motivar seus alunos a participarem do processo de aquisição de conhecimento de forma significativa. O docente deve oferecer práticas que desenvolvam a interação entre ele e os alunos, buscando assim novas possibilidades para o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Resolução CEB n /99 Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

CDI Transformando Vidas em Tecnologias. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br/quem-somos/historia>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Entrevista com Léa Fagundes sobre a Inclusão Digital. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/podemos-vencer-exclusao-digital-425469.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários a Prática Educativa. 25 edição. Paz e Terra Coleção Leitura.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Educação no Século XXI Saberes Necessários Segundo Freire e Morin. Eccos Revista Científica - v.2. n.2, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Coleção Cadernos de EJA. Tecnologia e Trabalho. SECAD-Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

ROSA, Rosemar; CECÍLIO, Sálua. Educação e o Uso Pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação: A Produção do Conhecimento em Análise. Juiz de Fora, 2010.

USO DA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE A INFREQUÊNCIA E A EVASÃO ESCOLAR NOS CURSOS NOTURNOS DA ETEC PREFEITO JOSÉ ESTEVES

Adriana Nunes Medroni

anmedroni@yahoo.com.br

Professora na Etec Prefeito José Esteves, Cerqueira César, São Paulo, Centro Paula Souza. Orientada por Lídia Ramos Aleixo Souza.

A escola voltada ao ensino profissional, enquanto instituição social, tem como um dos seus maiores desafios a diminuição da evasão escolar. O presente projeto verificou o potencial do uso de uma nova ferramenta, a cartografia social, para a caracterização do perfil do aluno. O material estatístico e cartográfico gerado nas oficinas possibilitou um detalhamento do perfil da turma além de expressar a percepção dos alunos sobre a escola.

La escuela volcada a la formación profesional, en cuanto institución social, tiene como uno de sus mayores retos la reducción de la evasión escolar. Este proyecto verificó el potencial del uso de una nueva herramienta, la cartografía social, para la caracterización del perfil del alumno. El material estadístico y cartográfico generado en los talleres permitió trazar un perfil detallado de la clase y, además, expresar la percepción de los alumnos acerca de la escuela.

PALAVRAS CHAVE: cartografia social, perfil do aluno, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é pauta importante a ser discutida no Centro Paula Souza. Por isso, é preciso conhecer dos alunos quem são, onde moram, quais seus contextos sociais e quais as suas as expectativas de vida.

O método tradicional de obter informações muitas vezes não consegue revelar a realidade desses alunos. Daí a proposta de se utilizar uma nova ferramenta, a cartografia social, para compreender de uma outra forma as razões que levam os alunos a retornarem à escola e as causas da evasão escolar.

O projeto foi desenvolvido na ETEC Prefeito José Esteves, localizada no município de Cerqueira César - SP, junto aos alunos dos cursos modulares noturnos de Produção de Cana e Contabilidade.

A experiência desdobrou-se em duas etapas. Inicialmente foi realizada uma pesquisa sobre as dificuldades dos alunos na conciliação do trabalho, família e a atividades escolares. Em seguida os alunos tiveram que contar a história dos autores do processo de aprendizado, montando a cartografia social da turma.

O objetivo central do projeto foi verificar o potencial da cartografia social como ferramenta de caracterização dos alunos da EJA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta de realização de oficinas de cartografia foi inspirada pelos trabalhos com movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais do projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (PPGSCA/UFAM – Fund. Ford).

A aplicação da cartografia social, baseada no conhecimento das comunidades tradicionais, pretende expressar a diversidade do povo brasileiro. Ao dar aos próprios membros desses grupos o poder do mapeamento de seus territórios, a abordagem os coloca no papel de protagonistas de sua própria identidade. Os mapas dessa nova cartografia refletem o entendimento dessas pessoas sobre o próprio território e a relação de sua cultura com esse espaço.

Normalmente, de forma semelhante a que é realizada pelo IBGE, as escolas classificam os alunos de uma forma que nem sempre as suas diversidades sociais são reveladas.

A adaptação da cartografia social pretende, através da realização de oficinas participativas, mapear o perfil dos alunos de forma mais ampla e capacitá-los a identificar problemas e buscar soluções.

Por esses motivos justifica-se o uso da cartografia social na identificação do aluno da EJA, ou seja, pela possibilidade de debater a partir de uma representação mais condizente com a realidade desses sujeitos, afinal, segundo Arroyo (2005, p. 22) os sujeitos da EJA são “jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial”.

DISCUSSÃO

A experiência teve a intenção de compartilhar com os professores e com a equipe pedagógica um novo jeito de olhar para o espaço escolar. Já para os alunos, valorizou-se as múltiplas visões que eles têm sobre os colegas e a escola.

Ao dar aos próprios membros desses grupos o poder do mapeamento de seus territórios, a abordagem os coloca no papel de protagonistas de sua própria identidade.

Na intenção de verificar a múltiplas visões dos alunos foram realizadas duas oficinas. Na primeira foi aplicada uma pesquisa quantitativa onde os alunos responderam a um formulário sobre os motivos da evasão. Na segunda, de forma qualitativa, os alunos contaram suas percepções sobre a escola, professores e colegas.

RESULTADO DAS OFICINAS: TURMA DE PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR

O perfil estatístico da turma de alunos do curso de Produção de Cana de Açúcar apresentou um baixo índice de evasão pois a maioria dos alunos estavam motivados. Na avaliação qualitativa ficou claro que a turma era unida. Em relação ao transporte e à alimentação fornecida pela Prefeitura, os alunos apontaram sugestões de melhoria já que muitos deles não tinham tempo para voltarem para casa e se alimentarem no período entre o trabalho e a escola.

A administração da escola e os professores foram elogiados e algumas melhorias nas instalações foram solicitadas.

RESULTADO DAS OFICINAS: TURMA DE CONTABILIDADE

Para a Turma de Contabilidade o perfil estatístico também indicou um baixo índice de evasão. Os professores e as instalações da escola foram bem avaliados apesar de ser apontada a necessidade de ampliação do número de banheiros e um maior cuidado com a iluminação da escola. Esta turma também apontou a necessidade de melhorar as condições de transporte do ônibus. Não se preocuparam com a distância das suas casas com os pontos de parada.

Assim como a turma de Produção em Cana de Açúcar os alunos de Contabilidade também gostariam que o lanche fosse um pouco mais reforçado ou substituído por um jantar.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho verificou-se que a cartografia social possibilitou um mapeamento mais detalhado de cada turma constituindo um material que pode ser utilizado na tentativa de motivar os alunos a permanecerem na escola. Sendo assim, a aplicação da cartografia social, permitiu demonstrar de forma precisa e detalhada as motivações e preocupações dos alunos das turmas de Produção em Cana de Açúcar e de Contabilidade.

REFERÊNCIAS

ARCO VERDE, Y.F.S. Cartografia social de alfabetização de jovens, adultos e idosos / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos. Programa Paraná Alfabetizado, Curitiba : SEED-PR, 2010.

ARROYO, M. G. A educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. In: Construção coletiva: Contribuições à Educação de Jovens e Adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

DELUIZ, N. O modelo de competências profissionais no mundo do trabalho e na educação implicações para o currículo. Boletim Técnico do SENAC. 27(3), p. 3_25. set/dez.2011. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia: Apresentação, 2010. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com>>.

SOARES, L. (Org.). Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PULASKI, Mary Ann Spencer. Compreendendo Piaget: uma Introdução ao Desenvolvimento Cognitivo da Criança. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.



A IMPORTÂNCIA DOS EDUCADORES E SEU COMPROMETIMENTO NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA FASE INICIAL DE SUA BUSCA POR ALFABETIZAÇÃO

Albina Gonçalves Filipe

albina.filipe@etec.sp.gov.br

Professora / Coordenadora de Classe Descentralizada na Etec Guaracy Silveira – Extensão Prof. Mauro de Oliveira, Cidade de São Paulo, Centro Paula Souza. Bacharel de Administração de Empresas, pós em Planejamento de Turismo e Hotelaria, Licenciatura em Administração. Orientada por Professora Me. Lucilene Santos Silva Fonseca.

O objetivo deste artigo foi demonstrar que o aluno jovem e adulto é influenciado pela sua inteligência emocional que, muitas vezes, não foi bem orientada na sua infância. Neste contexto de conturbadas emoções o papel do professor é de grande importância. O professor deve manter-se atualizado e desenvolver estudos que ampliem o universo das suas percepções.

El propósito de este artículo fue demostrar que el alumno joven y adulto está influenciado por su inteligencia emocional que, a menudo, no fue bien orientada en la infancia. En este contexto de emociones turbulentas, el papel del profesor es muy importante: debe estar al día y desarrollar estudios que amplíen el universo de sus percepciones.

PALAVRAS CHAVE: professores, inteligência emocional, competências, estratégias.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda as contribuições de docentes, com contrato de prestadores de serviço, no sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA), da primeira à quinta série.

Espera-se que estes docentes tenham a inteligência emocional preparada para lidar com as frustrações deste alunado. Invariavelmente os alunos são marcados pela falta de motivação, influenciados por seus estados emocionais, maneiras de pensar, crenças e metas. Deve-se ainda considerar que esses alunos tem a necessidade de manterem-se produtivos ao mesmo tempo que fazem parte dos seus grupos sociais.

A Sociedade Amigos do Bairro Vila Anglo Brasileira em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, implantou o Projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA) que funciona na estrutura da E.E. Prof. Mauro de Oliveira. Nele, dois docentes com formação pedagógica levam à comunidade do entorno um trabalho de alfabetização e preparo para o ensino fundamental II.

A determinação desses docentes, aliada ao carinho com que conduzem os grupos, leva a reflexão sobre a efetiva ação que transforma pessoas com potenciais de timidez em cidadãos ativos com participação na vida social, econômica e cultural da sociedade. Desta forma cumpre estudar a influência da inteligência emocional dos educadores aplicada ao seu trabalho de alfabetização de alunos jovens e adultos.

A pesquisa realizadas foi pautada em visitas, entrevistas, pesquisas qualitativa com alunos e pesquisas bibliográficas.

INTELIGÊNCIAS A SERVIÇO DO APRENDIZADO

As relações humanas são baseadas na observação de cada indivíduo e suas peculiaridades. Aceitar este conceito pressupõe harmonia nas relações e uma varredura, em nosso interior, em busca de resoluções para os nossos medos, inseguranças, desconfianças e conflitos.

Para (Goleman, 1995, p.48) o indivíduo emocionalmente competente é aquele capaz de lidar com os próprios sentimentos e praticar a leitura e consideração dos sentimentos dos outros. Tais competências não são ensinadas no mundo acadêmico

e QI alto também não é garantia de êxito. O autor também afirma que os orientadores devem reconhecer que há um vasto repertório humano que, ao ser desenvolvido paralelamente ao aprendizado escolar, colabora para o sucesso do aluno.

Docentes experimentam sentimentos de medo e ansiedade como as demais pessoas porém, em situações estressantes disparam um gatilho que pode ser chamado de “estratégia de auto-regulação emocional” que os faz seguir em frente.

Cabe ao aluno elaborar suas competências e habilidades que, quando latentes, devem ser desenvolvidas com o auxílio do professor.

Dentre as múltiplas inteligências defendidas por Gardner (1994), as inteligências interpessoal e intrapessoal são desenvolvidas naturalmente pelos docentes, instrutores e mentores. A inteligência interpessoal é a capacidade de compreender e fazer distinções das motivações e sentimentos de outras pessoas. E a inteligência intrapessoal é o autoconhecimento e a capacidade de agir adaptativamente.

Cada vez mais é comprovado que há alunos ansiosos, deprimidos, com baixa autoestima e decepcionados com o rumo de sua existência. Estes são sentimentos que sabotam a concentração e comprometem o aprendizado.

Por outro lado, pode-se afirmar que a motivação positiva destes alunos amplia neles a consciência de que devem auto-motivar-se, ter foco em seus objetivos e preservarem-se diante das vicissitudes da vida.

Assim como o aluno pode fazer uso de tais capacidades inatas, o professor passa a ter atuação reflexiva sobre a transmissão de conhecimento e não mais limitar-se a informar para formar, conforme Antunes (2012, p.19):

Nascemos com nossas inteligências que precisam ser ‘acordadas’ por estímulos significativos, mas não nascemos, entretanto, com qualquer competência. A escola e particularmente a ação do professor em sala de aula pode – e deve – despertar e ampliar as inteligências, mas precisa construir competências.

Atualmente (Perrenoud, apud Antunes, 2012, p.37-81) afirma ser eficaz que o professor domine oito competências para propiciar melhor uma aprendizagem:

1. Organizar e dirigir situações de aprendizagem;
2. Administrar a progressão das aprendizagens;
3. Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação;
4. Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho;
5. Trabalhar em equipe;
6. Utilizar novas tecnologias;
7. Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão;
8. Administrar sua própria formação contínua.

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO PROJETO MOVA

Objetivando possíveis respostas às reflexões, foram aplicados questionários com intenção de investigar sobre suas capacidades, competências e habilidades. Participaram treze alunos da alfabetização e nove alunos do ensino fundamental.

Os resultados dos questionários indicaram que:

- Os alunos possuem um bom auto conhecimento porém, poucos procuram aprimorar seu conhecimento diariamente;
- Apesar de não fazerem suas lições em casa com frequência, os alunos admitem gostar de estar no ambiente escolar e integrarem-se com os colegas;
- Muitos dos alunos pensam em continuar os estudos e há no grupo motivação para alcançar tal objetivo;
- Os alunos do Fundamental, muitas vezes, tem uma percepção distorcida das atitudes do professor;
- Os alunos da alfabetização tem uma observação diferenciada do grupo de Fundamental.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Os professores afirmam que as questões culturais do aluno são consideradas assim como a sua condição de sujeito histórico-social que modifica o entorno. Este ponto de vista se intensifica ainda mais em professores que valorizam sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas efetuadas corroboram com as afirmações dos autores estudados. Cabe ao aluno elaborar suas competências e habilidades que, quando latentes, devem ser desenvolvidas com o auxílio do professor. O professor deve-se manter atualizado para além do curso de pedagogia, oferecendo conhecimentos que colaborem no desenvolvimento de suas capacidades para além da sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso, Como desenvolver as competências em sala de aula. 10ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, c1994. Publicado originalmente em inglês com o título: The frames of the mind: the Theory of Multiple Intelligences, em 1983.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

_____. Trabalhando com a Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

LEMOV, Doug. Aula Nota 10: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

ROGERS, Bill. Gestão de Relacionamento e Comportamento em Sala de Aula. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SANTROCK, John W.. Psicologia Educacional. 3ª Edição. McGraw-Hill Interamericana. São Paulo: 2009.



ESTUDO DA SATISFAÇÃO DOS DISCENTES QUANTO AO PROGRAMA VENCE DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO

Amneris Ribeiro Caciatori

amneris.caciatori@centropaulasouza.sp.gov.br

Supervisora Educacional Gestão Pedagógica/ Cetec, São Paulo, Centro Paula Souza. Orientada por Senira Anie Ferraz Fernandez.

O Programa Vence teve a implantação da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ano de 2014. O objetivo geral da pesquisa foi buscar uma fundamentação teórico-prática através de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo exploratória foi desenvolvida através de um estudo empírico qualitativo com duas Escolas Estaduais. Os resultados da pesquisa evidenciaram a satisfação dos discentes quanto à implantação do programa, bem como suas permanências no primeiro semestre letivo de 2014.

El Programa Vence tuvo la implementación de la modalidad Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en el año 2014. El objetivo general de la investigación era buscar una base teórica y práctica a través de una revisión de la literatura y de un estudio de campo. El estudio de campo exploratorio se desarrolló a través de un estudio empírico cualitativo con dos escuelas estatales. Los resultados de la investigación mostraron la satisfacción de los estudiantes respecto a la implantación del programa, así como sus permanencia en el primer semestre lectivo de 2014.

PALAVRAS-CHAVE: currículo Integrado, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Vence.

INTRODUÇÃO

É notória a preocupação do Brasil em relação às taxas de desemprego dos jovens, as dificuldades na transição entre escola e trabalho e a desconexão existente entre as competências que os alunos desenvolvem durante o ensino regular e as competências relevantes para uma carreira profissional exitosa.

O Programa Rede Ensino Médio Técnico da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, hoje intitulado como Programa Vence, foi implantado em 2012 tendo como principal objetivo a preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Fatores como necessidades econômicas, repetências sucessivas, gravidez e cuidados com filhos interferem de maneira significativa na trajetória escolar dos jovens oriundos das camadas mais pobres da população.

O Programa Vence de Ensino Médio Técnico, pensando nos jovens que não trabalham e não estudam, ampliou sua oferta em 2014 ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em duas Escolas Estaduais.

Pautando-se na ampliação do acesso à educação profissional técnica foi formulado o objetivo da pesquisa: Investigar a satisfação dos discentes quanto ao primeiro semestre de implantação do Programa Vence de Ensino Médio Técnico na Modalidade EJA.

A sustentação teórica da tese baseia-se na hipótese de que os discentes das comunidades escolares estudadas estão satisfeitos com a implantação do Programa Vence.

Observações empíricas em dois ambientes escolares informam que há desafios sendo enfrentados por educadores na implantação dos programas de governo que almejam uma educação democrática. Os achados apontam semelhança com os objetivos do programa pesquisado.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO TÉCNICO

Na segunda metade da década de 90, instaurou-se no Brasil uma reforma educacional que perdura até os dias de hoje, atingindo desde o ensino fundamental até o superior. Leis e decretos promulgados a partir de 1995 acionaram mudanças no currículo, gestão, financiamento, avaliação, e carreira docente. Sendo que a ação mais polêmica foi a distinção compulsória entre o ensino médio e o ensino técnico.

É possível observar que quando a educação é aplicada ao trabalho, o alunado passa a compreender e atuar mais no processo ensino-aprendizagem.

Ao se refletir sobre os antecedentes histórico-políticos da concepção de ensino médio integrado à educação profissional, não se pode deixar de lado o caráter ético do tema, posto que este coincide com debates sobre projetos de sociedade e concepções de mundo.

A oferta de Ensino Médio e Habilitação Técnica num único curso mantém as formas de curso técnico concomitante e subsequente ao Ensino Médio, acrescentando a possibilidade de escolas distintas articularem seus projetos mediante convênio de intercomplementaridade, sempre se atentando à necessidade de adequação das propostas ou projetos político-pedagógicos.

De acordo com o § 2º do art. 4º do Decreto nº 5.154, na forma integrada, a instituição de ensino deve atentar-se para a ampliação da carga horária total do curso, devendo assegurar simultaneamente o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral bem como para as condições de exercício das profissões.

Ruiz (2009) ressalta que a problemática da integração entre teoria e prática é uma deficiência que se propaga desde o Ensino Fundamental até a Pós-graduação. Manter as Organizações Curriculares sem horário para incluir experiências laboratoriais, que podem também ser incluídas nas aulas teóricas, seria um prejuízo para a modalidade de ensino integrada.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E A PROPOSTA CURRICULAR

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade em seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade apropriada.

A proposta curricular do Centro Paula Souza para a Habilitação Profissional de Técnico em Administração Integrado ao Médio na modalidade EJA, incorporou o conceito dos quatro pilares da educação: o aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer. Cada um dos pilares aponta para competências essenciais para a vida social em comunidade, para o trabalho, para a cultura e para o conhecimento. Não é possível ao curso de Ensino Técnico Integrado ao Médio na Modalidade EJA se apresentar como uma mera repetição da escola regular que este jovem já abandonou. A busca por um formato mais atraente, que procure a todo o momento a colaboração dos alunos, necessita do engajamento por parte dos docentes e dos gestores garantindo assim a permanência dos alunos na modalidade.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A presença de professores abertos à inovação, disciplinas e temas mais adequados à integração dos alunos é indispensável. Estes docentes devem estar aptos a articular arte e ciência, buscando horizontes além das rotinas escolares, para que ocorra a apropriação entre teoria e prática, o que torna o trabalho uma atividade fundamental ao ser humano (CIAVATTA,2005). Dessa forma, não se pode deixar de lado a formação dos professores que atuarão com o curso integrado na modalidade EJA.

PROGRAMA VENCE ENSINO MÉDIO TÉCNICO - ASPECTOS LEGAIS

O Programa Rede de Ensino Médio e Técnico (REDE), hoje intitulado com Programa Vence, foi instituído pelo Decreto Estadual nº 57.121, de 11/07/2011, sob a gestão da Secretaria de Educação do Estado e em parceria com Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O programa oferta desde o ano letivo de 2012 a educação profissional técnica de nível médio nos termos estabelecidos pelo artigo 36-B da LDB.

DISCUSSÃO

Ao compilarem-se os dados extraídos dos questionários, obteve-se:

- 1ª questão: 95% dos discentes sentem-se acolhidos em sua Unidade de ensino;
- 2ª questão: 97% dos discentes confirmam que o horário das aulas é adequado, permitindo sua frequência diária;
- 3ª questão: 100% dos discentes atestam participar de aulas práticas em laboratório;
- 4ª questão: avaliam seu desempenho como segue: 47% atestam compreender tudo o que os professores ensinam, 44% atestam compreender parcialmente e 9% consideram as atividades desafiadoras;
- 5ª questão: 62% dos discentes estão satisfeitos e elogiaram o Programa.

Apreciando os resultados positivos da 2ª e 3ª questão, notou-se que os alunos estão de acordo com o pensamento de Nogueira (2009), ao referenciar que os ambientes das aulas práticas e equipamentos são importantes para a formação global do aluno. Corroborando o citado, Belezia e Lainetti (2011) salientam que os ambientes de aprendizagem adequados, estimulam o trabalho coletivo e a cooperação.

Ao avaliar seu desempenho referenciado na 4ª questão, a porcentagem foi significativa e remete ao estudo de Sacristán (2008), ao elucidar que a qualidade da aprendizagem depende dos contextos de aprendizagem. Isso pois os alunos reagem de acordo com a percepção que têm das demandas provenientes dos contextos e das situações às quais devem responder.

Após a análise comparativa da 1ª e 5ª questão de caráter qualitativo podem-se considerá-las conexas, o que representa uma favorável aceitação e satisfação quanto à implantação do Programa Vence de Ensino Médio Técnico. Essa constatação é ratificada por Prévost, Fafard e Nadeau (1998) ao concluir que a satisfação dos usuários de programas implica trazer um julgamento sobre características dos serviços e, portanto, sobre sua qualidade. Assim, a perspectiva do usuário fornece informação essencial para completar e equilibrar a qualidade dos serviços.

Para a efetividade do programa, não se pode deixar de lado a contextualização histórica do ensino integrado, Regattieri e Castro (2010) esclarecem que para a efetiva vinculação entre as competências básicas e as gerais, a formação visada pelo Ensino

Médio, deve ser contextualizada. Ou seja, deve propiciar a compreensão tanto dos aspectos laborais, quanto as relações da ciência e da tecnologia com a produção e com as transformações econômicas, tecnológicas, jurídico-institucionais, sociais e culturais em curso no país e no mundo. Não poderá, dessa forma, ocorrer à dissociação entre a preparação geral para o trabalho e a formação geral, pois estas devem ser tratadas integradamente, no contexto do trabalho, em todos os componentes curriculares.

Filgueira (2000) acredita que o sucesso na permanência dos alunos nas escolas pode ser influenciado por diversos fatores: as condições socioeconômicas do estudante, a compatibilidade do estudo com a inserção no mercado de trabalho, as condições econômicas e sociais da região onde vive, as suas características observadas, como idade e sexo, e as não-observadas, como talento, determinação e vontade de continuar estudando.

Corroborando a ideia elencada acima, O Grupo de Formulação e Análises Curriculares do Centro Paula Souza (GFAC) reformulou seus Planos de cursos da modalidade EJA em 2013, atentando-se para a redução no número de componentes, articulação com o mundo do trabalho e, apresentação de sugestões de metodologias e Roteiros de atividades, o que pode ter favorecido o índice de permanência dos discentes.

De acordo com o referenciado acima, a hipótese de pesquisa foi corroborada, os sujeitos pesquisados em sua grande maioria estão satisfeitos com a implementação do Programa Vence de Ensino Médio Técnico na modalidade EJA, favorecendo positivamente os índices de permanência dos alunos nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que quando a educação é aplicada ao trabalho, o alunado passa a compreender e atuar mais no processo ensino-aprendizagem.

O perfil dos alunos se altera frequentemente, por isso, urge repensar a formação de professores e as propostas para a escola contemporânea.

No que se refere aos conteúdos, reduzir não significa “facilitar”, mas adequar a objetivos mais consistentes do que o da mera repetição de supostas verdades universais desvinculadas do mundo da vida (OLIVEIRA. 2007).

As metodologias, técnicas, estratégias e recursos devem permitir uma dinâmica na sala de aula. Dentre as sugestões para o trabalho pedagógico, está proposição de layouts que facilitem a comunicação entre os alunos e também com o professor. O aluno adulto aprende com seus próprios erros e acertos e tem imediata consciência do que “não sabe” e o quanto a falta de conhecimento o prejudica, por isso retorna à escola. Essa característica evidencia a necessidade de uma maior interação professor-aluno e a discussão produtiva sobre o processo de aprendizagem com o próprio aluno.

Conclui-se sobre a necessidade do desenvolvimento de um plano pedagógico voltado especificamente ao ensino do EJA, valorizando as experiências do aluno e levando em consideração o aprendizado anteriormente adquirido. Observando as peculiaridades dos alunos do ensino médio integrado à Educação profissional na modalidade EJA, é necessária a realização de uma adequação aos interesses deste público, visando uma efetiva busca pelo crescimento e desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

BELEZIA, E.; LAINETTI, I. Núcleo Básico: Planejamento e Desenvolvimento do TCC. São Paulo. Fundação Padre Anchieta, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRYMAN, A. Social Research Methods. New York: Oxford University Press, 2008.

CENSO Escolar da Educação Básica de 2012 - Anexo II. Dados disponíveis no <<http://portal.inep.gov.br/basicas-censo>>.

CIAVATTA. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. São Paulo, 2005.

COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. Research Methods in Education. London: Routledge, 2007.

FILGUEIRA, C., F. FUENTES, A. Critical choices at a critical age: youth emancipation

Paths and school attainment in Latin America. Paper apresentado no encontro Lacea, 2000.

FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS. A gênese do Decreto nº5. 154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. Ensino médio integrado: concepção e contradições, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio e Molina, Helder. Estado, educação e sindicalismo: no contexto da regressão social. Revista Retratos da Escola, v. 4, n. 6, 2010.

KULLER, J.A. Protótipos Curriculares de Ensino Médio e de Ensino Médio Integrado-resumo executivo. Brasília: Unesco, maio 2011. p.12.

NOGUEIRA, N.R. Projeto Político-Pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa. 1.ed, São Paulo: Érica. 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA. Educ. rev. 2007, no. 29, pp. 83-100. ISSN 0104-4060.

OLIVEIRA, I. B. de; PAIVA, J. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PREVOST, A.; FAFARD, A.; NADEAU, M. La mesure de La satisfaction de sus agers dans le domaine de la santé et des services sociaux: l'expérience de la Régie Régionale Chadière-Appalaches. The Canadian Journal of Program Evaluation, 1998, p 1-23.

RAMOS, Marise. Conhecimento e competência: não está na hora de mudar seus conceitos. Revista do Ensino Médio, MEC, Brasília, 1 (2), out./nov. 2003.

REGATTIERI, M.; CASTRO, J. Ensino médio e educação profissional: desafios da integração. 2.ed – Brasília : UNESCO, 2010.

SACRISTÁN, J et al. Educar por competências: o que há de novo?. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SÃO PAULO. Decreto nº 57.121/2011, de 11 de julho de 2011. Institui o Programa Rede de Ensino Médio Técnico - REDE, na Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. São Paulo, 12 de julho de 2011.

SIMÕES, C.A. Ensino Médio de qualidade para todos: indicadores e desafios. In: REGATTIERI, M; CASTRO, J.M. (Orgs). Ensino e Educação Profissional- desafios da integração. Brasília:Unesco, 2009.

RUIZ, Ibañez, A. Sugestões para melhorar a educação básica: estudo comparativo entre Espanha e Brasil. Editora Moderna, São Paulo, 2009.



O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Lisiane Regina dos Santos

lisiane.santos@etec.sp.gov.br

Auxiliar Administrativa na Etec Pedro D'Arcádia Neto/ Supervisão Regional Marília - Assis, Centro Paula Souza. Orientada pela Professora Ms Lucilene Santos Silva Fonseca.

Este artigo relata experiências de aprendizagem dos alunos do Curso Técnico em Enfermagem, da Etec Pedro D'Arcádia Neto - Centro Paula Souza, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle. O objetivo foi analisar a utilização desta plataforma como instrumento de aprendizagem na educação de jovens e adultos (EJA) no curso técnico em enfermagem. A partir da pesquisa percebeu-se a importância da utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo educativo. Concluiu-se que é necessária uma conscientização sobre a relevância do domínio das TICs no processo de ensino aprendizagem e na inserção no mercado de trabalho.

Este artículo describe las experiencias de aprendizaje de los alumnos del Curso Técnico en Enfermería, Etec Pedro D'Arcadia Neto - Centro Paula Souza, utilizando el Ambiente Virtual de Aprendizaje (AVA) de Moodle. El objetivo fue analizar el uso de esta plataforma como herramienta de aprendizaje en la educación de jóvenes y adultos (EJA) en la carrera de enfermería técnica. Desde la investigación nos dimos cuenta de la importancia del uso de las nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) en el proceso educativo. Se concluyó que es necesaria una toma de conciencia de la importancia del campo de las TIC en el proceso de enseñanza y aprendizaje y en la inserción en el mercado laboral.

PALAVRAS-CHAVE: aprendizagem, Moodle, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

Registra-se que desde a antiguidade, a tecnologia está presente na vida do homem através da utilização de recursos naturais para a construção de ferramentas. Atualmente, a sociedade é caracterizada por um fluxo de informações contínuas. A rápida evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) viabiliza o acesso cada vez mais amplo diversificado a essas informações.

O desenvolvimento tecnológico e científico tem gerado muitas mudanças sociais em todos os setores nos últimos anos. Diante da crescente produção de conhecimento em todo o mundo, se faz necessário que as escolas adquiram novas competências. A educação é baseada no desenvolvimento do ser humano, dos seus conhecimentos, aptidões, atitudes e convivência em sociedade. “Mais do que usar as tecnologias para ensinar e aprender, necessitamos formar a sociedade da informação, com conhecimento de suas técnicas, interações sociais e valores éticos” (ROSENAU e SIMONIAN, 2011, p.7).

Esta pesquisa tem intenção contribuir para o uso efetivo do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como ferramenta de apoio para as práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos.

Pretende-se com esta experiência, analisar a amostra de alunos jovens e adultos da educação profissional, relatando seu grau de dificuldade e aceitação da plataforma Moodle.

O USO DAS TICs NA EDUCAÇÃO

Vivemos em uma sociedade cada vez mais complexa, repleta de informações e baseada no conhecimento. Alunos e professores são orientados a utilizar a tecnologia de maneira efetiva.

Neste artigo analisamos a plataforma Moodle, que segundo a comunidade Moodle.org: é “um pacote de software para a produção de cursos e web sites em internet.” O desenho do Moodle baseia-se na “pedagogia socioconstrutivista”, criada pelo psicólogo bielo-russo Lev Vygotsky (1896-1934), segundo a qual a produção do conhecimento ocorre através da relação aluno-professor e aluno-aluno.

A PESQUISA

O Curso Técnico de Enfermagem oferecido pelas Etecs do Centro Paula Souza possui alguns componentes curriculares cujo número de aulas excede a carga horária de 30 horas-aula semanais.

Para cumprir a carga horária prevista nestes componentes dos Módulos I e II, foi proposta a utilização de um espaço virtual na Plataforma Moodle para complementar o aprendizado presencial. Porém, no início deste semestre, durante o curso para capacitar os docentes no uso dos recursos do ambiente virtual, constatou-se que apenas metade das escolas técnicas da região de Marília-SP fazem o uso do Moodle em suas atividades. Na realidade, o AVA ainda é novidade e percebe-se alguma resistência por parte dos alunos e professores em utilizá-lo.

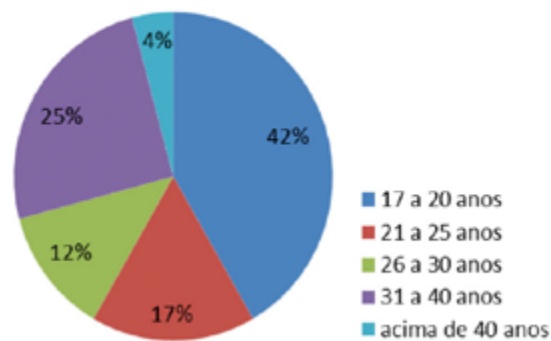
Diante da crescente produção de conhecimento em todo o mundo, se faz necessário que as escolas adquiram novas competências.

Durante o processo de coleta de informações, foi realizado um acompanhamento das atividades desenvolvidas na plataforma. Os acessos foram realizados com permissão do professor Claudinei Aparecido dos Santos, que efetuou o cadastro com a função de moderador e permitiu a visualização das tarefas dos alunos, a inserção de comentários e outras atividades.

Os alunos demonstraram rápida adaptação à ferramenta apesar de apresentar uma certa resistência. Além dos fóruns de discussão e dúvidas, houve uma tarefa principal elaborada em grupo e postada na plataforma. Esta atividade foi finalizada de maneira criativa com a apresentação de maquetes e cartazes.

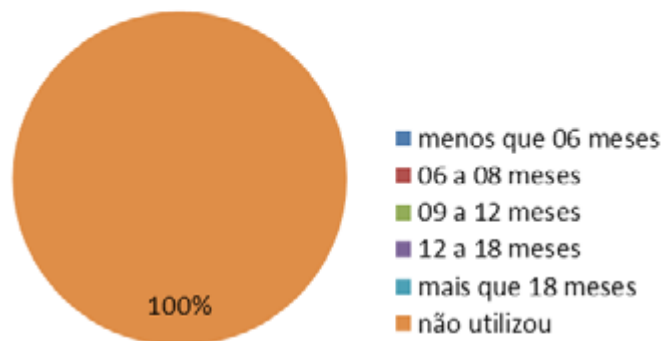
Para a pesquisa também foi elaborado um questionário com perguntas objetivas e de múltipla escolha de respostas, cujos resultados são apresentados nos gráficos a seguir.

Gráfico 1: Faixa etária

Qual a sua faixa etária?

A maioria dos alunos do curso (42%) possuía idade entre 17 e 20 anos. Trata-se, portanto, de um grupo de jovens e adultos heterogêneo em idade, associada a possíveis diferenças culturais, socioeconômicas.

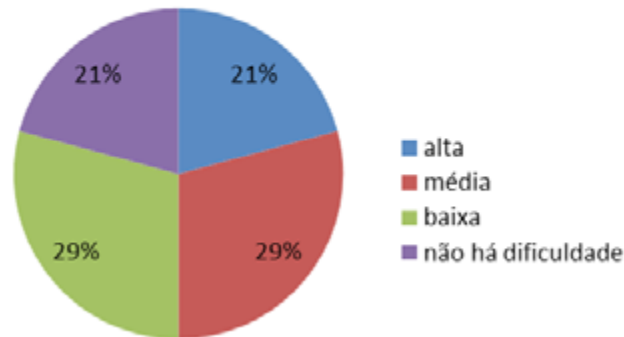
Gráfico 2: Utilização do Moodle

Você utilizou o Moodle em algum outro curso?

Como podemos observar, 100% dos discentes nunca utilizaram o Moodle. Este fator também influenciou na dificuldade de manuseio da ferramenta no início das atividades.

Gráfico 3: Nível de dificuldade com o uso da ferramenta

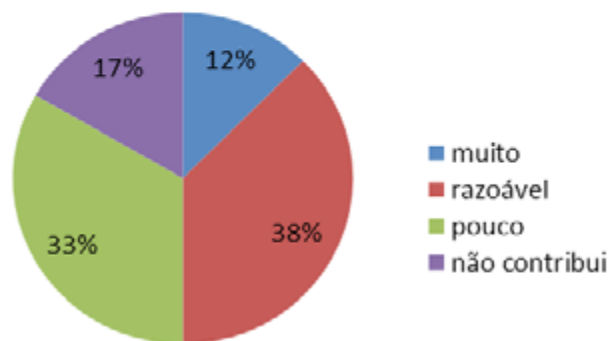
Qual o nível de dificuldade com o uso da ferramenta?



Em auto avaliação, apenas 21% dos alunos se declararam com alto nível de dificuldade no uso do Moodle.

Gráfico 4: Contribuição do Moodle para o aprendizado

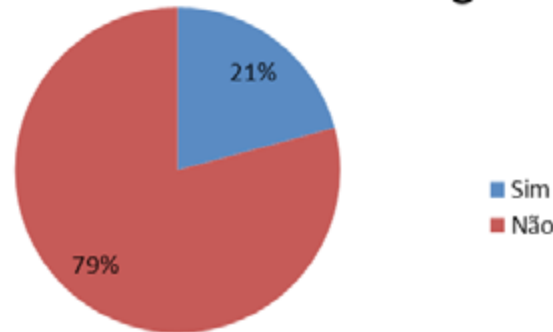
Quanto o Moodle contribui para o seu aprendizado?



Nota-se que os estudantes possuíam baixa compreensão da finalidade e contribuição do ambiente virtual para a aprendizagem. A metade dos alunos (50%) consideraram que o Moodle contribuiu pouco ou não contribuiu para o seu aprendizado. Apenas 12% atribuíram ao Moodle alta contribuição para o aprendizado.

Gráfico 5: Expectativa de uso do Moodle nos módulos do curso

Você gostaria que o Moodle fosse utilizado em todos os módulos do Curso Técnico em Enfermagem?



Nota-se que a maior parte dos alunos (79%) não desejaram que o Moodle fosse implantado em todos os módulos do curso. Isto revela uma baixa aceitação da plataforma como ferramenta de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo observou-se que o Moodle é uma ferramenta fácil de ser utilizada por estudantes de diversas faixas etárias. Pôde-se constatar que trata-se de um instrumento viável de ser aplicado no processo de ensino-aprendizagem. Ficou claro também que se faz necessário a conscientização de que a tecnologia está cada vez mais presente no nosso cotidiano e que, a utilização de ferramentas tecnológicas para a aprendizagem, faz parte do processo de inclusão digital dos alunos.

Outro dado obtido é que nenhum aluno utilizou o AVA Moodle antes do curso, o que nos leva a acreditar que este é um dos principais fatores de dificuldade em manusear a ferramenta.

Sobre as vantagens e desvantagens, pouco se pôde verificar, já que grande parte dos estudantes não demonstraram compreensão da finalidade da ferramenta. Porém, como um baixo porcentual de alunos declarou dificuldades durante o uso da plataforma, podemos afirmar que se houver informação sobre a necessidade de inserção dos mesmos na era digital, será despertado neles o interesse em interagir através da ferramenta.

Percebemos que os alunos ainda não compreendem a importância das novas tecnologias para a sociedade contemporânea. É necessário que a instituição de ensino e os professores se unam para sensibilizá-los já que o uso destas ferramentas é importante para que não sejam excluídos do mercado de trabalho e adquiram autonomia em suas decisões econômicas, políticas e culturais.

REFERÊNCIAS

MARINS, V.; COSTA, Rosa Maria E. M. da. Aula 4 – Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Curso Planejamento, Implementação e Gestão da EaD - LANTE-UFF, 2013.

MATHIEU, Elizabete R. Oliveira ; BELEZIA, Eva Chow. Formação de jovens e adultos: (Re)Construindo a prática pedagógica. São Paulo, Centro Paula Souza, 2013.

MOODLE, Comunidade. Sobre o Moodle. Disponível em: <http://docs.moodle.org/all/pt_br/Sobre_o_Moodle>. Acesso em: 15 set. 2013.

MORAN, José Manuel. A integração das tecnologias na educação. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/moran/integracao.htm>>. Acesso em: 07. set. 2013.

ROSENAU, Luciana dos Santos; SIMONIAN, Michele. Tecnologias na gestão escolar. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

TEIXEIRA, Prof. Dr. Gilberto. A Andragogia e seus princípios. Disponível em:<<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/andragogia/andragogia-e-eus-princ%C3%ADpios#.Ufr289I3uM4>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

UNESCO, ICT Competency Standards For Teachers: Implementation Guidelines. Version 1.0. Paris: UNESCO, 2008.



A INCLUSÃO DIGITAL E O PÚBLICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Luiz Fernandes da Silva Sales

luiz_620@hotmail.com

Professor na Etec Professora Helcy Moreira Martins Aguiar, Cafelândia/SP, Centro Paula Souza.
Orientado por Lídia Ramos Aleixo de Souza.

O importante trabalho de inclusão digital se faz necessário, principalmente, no público da educação de jovens e adultos (EJA). Para tanto, não devemos considerar inclusão digital como uma simples aquisição de computadores, mas como uma forma de acesso à informação e ao conhecimento. Com esta produção, poderemos verificar qual é a necessidade que os alunos da EJA têm em relação ao processo de inclusão e qual a melhor forma de trabalhar a inclusão social deste público.

La importante labor de inclusión digital es necesaria, especialmente, cuando se piensa en la educación de jóvenes y adultos (EJA). Por lo tanto, no debemos considerar la inclusión digital como una simple compra de computadoras, sino como una forma de acceso a la información y al conocimiento. Con esta producción, se podrá averiguar cuál es la necesidad de los estudiantes de EJA respecto al proceso de inclusión y cuál es la mejor manera de trabajar la inclusión social de este público.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão digital, informação, interação.

INTRODUÇÃO

Estamos passando por uma transformação muito grande onde a internet se faz cada vez mais presente em nossas vidas. Isso exige de nós um conhecimento para que não sejamos classificados como analfabetos digitais.

Nos dias de hoje é muito comum vermos pessoas de várias idades conectadas através de computadores, celulares, tablets, etc.

Segundo Straubhaar e LaRose (2004, p. 27), “a tecnologia é um agente de transformação e gera implicações na sociedade. Várias áreas foram afetadas pela popularização e uso desses aparatos, como, por exemplo, a Educação”. Quando bem utilizada, a tecnologia é de fundamental importância para o desenvolvimento do ser humano. A área educacional é o ambiente que sofre mais interferência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). É comum vermos alunos confrontando o professor com informações da internet que foram pesquisadas durante a aula.

Percebemos que a utilização de dispositivos móveis dentro de instituições educacionais vem crescendo constantemente, através de desenvolvimento de projetos que fazem com que o aluno consiga atingir novos conhecimentos.

Para que possamos ter um resultado satisfatório em relação às TICs é necessário que tenhamos uma atenção especial em relação ao problema da exclusão digital.

Nossa missão é fazer com que a cada dia seja reduzido os índices de exclusão digital já que “a exclusão, não é, portanto, um problema comunicacional. É um problema de natureza sócio-econômica, um problema político” (TAKAHASHI, 2002, p. 37).

Há algum tempo atrás a questão de exclusão digital era de grande preocupação para todos nós. Atualmente, este quadro está se modificando por causa da aquisição de meios tecnológicos.

Ao falarmos em inclusão digital, não podemos deixar de mencionar a questão das mídias sociais, que estão contribuindo para que tenhamos a circulação da informação de forma síncrona e assíncrona.

A informação pode ser transmitida através das mídias sociais, assim como estávamos

acostumados a recebê-la através de outros meios como o rádio e televisão. Devemos sempre levar em consideração que as mídias sociais são ambientes abertos, portanto, passíveis de veiculação de qualquer tipo de informação.

Atualmente percebemos que a internet está presente cada vez mais em nossas vidas, possibilitando que consigamos chegar a qualquer tipo de informação em questão de minutos.

Segundo Carvalho, “A apropriação da informação deve ser vista como algo capaz de alterar de modo significativo a vida de um cidadão, já que a partir dela podem-se gerar novas informações”.

Percebe-se que a informação é filtrada pelo indivíduo, fazendo com que o mesmo a interprete e consiga gerar seu conhecimento, produzindo novas informações que contribuirá para o seu desenvolvimento na sociedade em que o indivíduo está inserido.

A INCLUSÃO DIGITAL NA ETEC PROFESSORA HELCY MOREIRA MARTINS AGUIAR

Ao iniciar o ano letivo com a turma do ensino médio integrado em administração na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), a ETEC Professora Helcy Moreira Martins Aguiar, localizada em Cafelândia/SP, se preocupou em dar boas condições aos alunos.

O trabalho realizado entre direção, coordenação e professores fez com que os alunos conseguissem se familiarizar com a escola. Por ser a primeira turma nesta modalidade, o desafio do corpo docente foi muito grande. Para prepará-los, houve uma capacitação para que pudessem desempenhar suas funções com tranquilidade. Dessa forma iniciou-se um processo de inclusão digital fazendo com que os alunos tivessem a percepção de que a informática é muito importante dentro do convívio social.

O trabalho foi realizado na disciplina de informática no primeiro semestre do ano letivo de 2014. Nele, tentou-se colocar o aluno mais próximo da realidade do mercado de trabalho, levando-o a refletir sobre sua posição dentro do ambiente

profissional e quais os benefícios e desafios teria ao se defrontar com um emprego na área escolhida. Vemos que o processo de inclusão digital não consiste em apenas o aluno fazer uso do computador, mas utilizar as ferramentas tecnológicas para atingir seus objetivos pessoais.

Com o desenvolvimento dessa disciplina de informática foi realizada uma pesquisa de campo para verificar o que os alunos conseguiriam absorver. A pesquisa foi realizada com 15 alunos do ensino médio integrado em administração.

86,7% do público entrevistado informou que já havia tido contato com o computador pelo menos uma vez. Assim, percebe-se que os alunos são muito interessados e buscam sempre o conhecimento, mesmo tendo certo receio em fazer o uso desta tecnologia. Com base nesta informação, fomos verificar qual era a frequência que nosso público de estudo fazia uso do computador no seu dia-a-dia. Constatamos que 66,7% fazem uso dos computadores todos os dias da semana, 13,3% fazem uso os computadores apenas uma vez na semana, 6,7% utilizam computadores duas vezes na semana, 6,7% fazem uso três vezes ao longo da semana e 6,7% não utilizam os computadores. Com isso, percebemos que a tecnologia está presente no dia-a-dia dos nossos alunos, porém de uma forma pouco usual, onde, boa parte dos alunos não faz uso constante de computadores ao longo de sua jornada semanal.

Devemos sempre levar em consideração que as mídias sociais são ambientes abertos, portanto, passíveis de veiculação de qualquer tipo de informação.

Questionamos os entrevistados sobre a finalidade dos mesmos fazerem uso dos computadores no seu dia-a-dia. 40% responderam que fazem uso do computador apenas para realizar trabalhos, 33,3% utilizam para diversas finalidades e 26,7% fazem uso dos computadores somente para diversão. Tal procedimento reflete que o trabalho de inclusão deve ser cada vez mais abordado, fazendo com que o aluno entenda que a utilização dos meios tecnológicos vai muito mais além de uma simples diversão.

Foi verificado com este público o uso da internet por parte dos mesmos, onde 93,3% dos entrevistados responderam que fazem uso da internet em seu dia-a-dia e 6,7% não utilizam a internet.

Sabendo-se que o uso da tecnologia é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, procuramos verificar para qual finalidade a internet é utilizada por este público e com isso conseguimos chegar a 73,3% de entrevistados, os quais utilizam a internet para acesso às redes sociais, 20% utilizam para verificação de e-mails e apenas 6,7% utilizam a internet para negociações, tais como o uso do comércio eletrônico.

Com estes resultados, conseguimos verificar que o uso da internet se perfaz em grande escala para descontração, inibindo assim o uso da tecnologia voltada ao mercado profissional, levando nosso alunado a um grande prejuízo na esfera profissional que está inserido.

Pode-se observar que muitos acreditam que o uso da tecnologia propicia uma melhoria de vida. Daí a necessidade de um trabalho mais constante para que os nossos alunos consigam utilizá-la de forma satisfatória.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho conseguiu atingir as expectativas que estávamos planejando. Podemos verificar que deveremos trabalhar o processo de inclusão de forma mais eficaz, pois nossos alunos não possuem ideia do que é o processo de inclusão digital. Para isso, deve-se realizar um trabalho constante, tentando fazer com que esse alunado perceba que o processo de inclusão não se restringe ao simples uso do computador. Para que tenham um fácil entendimento sobre a utilização de meios tecnológicos dentro do ambiente escolar e de trabalho, deverão ser realizadas atividades que envolvam todos os componentes ministrados no curso. Com isso, os alunos poderão estudar melhor e entenderem o momento tecnológico pelo qual a sociedade está passando.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A., O que é ciência da informação?. Londrina : UEL, 2014.

CARVALHO, A. M. G., A apropriação da informação: um olhar sobre as políticas públicas sociais de inclusão digal. Marília : UNESP – Campus de Marília, 2010.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Educar com a mídia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIMA JUNIOR, W. L. Mídia social conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital. Líbero (FACASPER). S. PAULO, V. VII, 2009.

STRAUBAHAAR, Josef; LAROSE, Robert. Comunicação, mídia e tecnologia. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

TAKAHASHI, T. (Org.) Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO TÉCNICA NA FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO PROFISSIONAIS PARA O ATUAL MERCADO DE TRABALHO

Luiz Antonio Frezzarin

luizfrezarin@gmail.com

Professor na Etec de Nova Odessa, Nova Odessa, Centro Paula Souza. Graduação em Administração (UNISAL, 2002); Pós MBA em Gestão Estratégica de Negócios (UNISAL, cursando). Orientado pela professora Me. Lucilene Santos Silva Fonseca.

O objetivo deste artigo foi descrever e compreender, através de revisão bibliográfica e dados de órgãos governamentais, os possíveis motivos da evasão escolar no Brasil. Com base nesta pesquisa, discutiu-se as possíveis contribuições da escola como formadora de cidadãos e profissionais técnicos qualificados para o atual mercado de trabalho.

El propósito de este artículo fue describir y comprender, desde la revisión bibliográfica y de datos de organismos gubernamentales, las posibles razones del absentismo escolar en Brasil. Con base en esta investigación, se discutió las posibles contribuciones de la escuela como formadora de ciudadanos y profesionales cualificados para el mercado laboral actual.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA), evasão escolar, qualidade da educação.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo descrever e compreender os possíveis motivos da evasão escolar, o papel do educador na contribuição de uma educação de qualidade e a oferta e demanda da educação profissional em um cenário econômico globalizado. Para isso se faz necessário estudar os desafios da educação técnica de jovens e adultos na formação de novos profissionais para o mercado de trabalho no Brasil.

PROGRAMAS DE ESTUDOS

Muito antes da atual oferta escolar de cursos técnicos profissionalizantes, o governo identificou a necessidade de uma educação de qualidade que fosse capaz de atrair o público de jovens e adultos com dificuldades de obter um emprego por causa da sua desqualificação.

Com isso foi criado por meio do Decreto 5.478 de 24 de junho de 2005, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) para atender alunos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Esse programa veio em substituição ao antigo programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em dezembro de 1967, onde obteve sua máxima divulgação em setembro de 1970, com o objeto de erradicar o analfabetismo no Brasil.

A demanda por mão de obra qualificada na economia brasileira está mobilizando instituições governamentais e privadas na criação e oferta de cursos profissionalizantes com o intuito de suprir o mercado de trabalho.

Entre os programas nacionais que pretendem atender essa demanda podemos citar o Educa Mais Brasil, que tem como princípio a inclusão educacional no país e o acesso à educação em instituições particulares de ensino mediante bolsas parciais. O programa também oferece bolsas para cursos à distância (EAD).

Existem também os cursos de formação profissional oferecido pelo chamado Sistema 'S' de Educação criado em 1948 com a finalidade de garantir a gratuidade nos cursos de formação profissional.

Mudanças realizadas pelo governo atingiram seus objetivos na ampliação do número de vagas gratuita nos cursos profissionalizantes para trabalhadores e estudantes de baixa renda. Atualmente, apenas 45% das vagas na área da indústria são de graça e, no caso do comércio 20%.

De acordo com Ioschpe (2012), diversos países, como a China e a Irlanda, investem em educação tendo como objetivo seu desenvolvimento e crescimento econômico, aliando a educação com a formação de bons profissionais para o futuro mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

A motivação no aprender advém do encontro entre o conteúdo apresentado na sala de aula e a sua aplicabilidade no contexto em que se encontra o educando.

Para gerenciar esses cursos profissionalizantes e de formação técnica o MEC criou o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), órgão nacional para controlar esses cursos e instituições.

Além de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011 pelo Governo Federal, outros programas de governos estaduais, como os cursos técnicos oferecidos pelo Centro Paula Souza no estado de São Paulo, têm como objetivo ampliar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, proporcionando assim melhorias nas redes de ensino nacional.

MERCADO DE TRABALHO

A oferta de tantos cursos profissionalizantes no Brasil está diretamente ligada à exigência que as indústrias fazem nos processos seletivos e a preocupação dos órgãos governamentais ou privados do setor da educação em atender à esta demanda.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho se torna mais frequente devido a exigência de mão-de-obra qualificada, independente do ramo comercial ou industrial.

O sonho de todo profissional em ter um bom emprego se inviabiliza se as educações básica e profissionalizante forem interrompidas.

Para Rosemary Dore , professora e coordenadora do Projeto Educação Profissional no Brasil e Evasão Escolar, realizado em 2011 conforme site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), “o acesso e a permanência do aluno na escola é uma dimensão da democratização da educação”. Desta forma, se faz necessária uma educação de qualidade que contribua para a inserção e formação de nossos jovens e adultos no mercado de trabalho.

ENSINO-APRENDIZAGEM

A atual política de expansão do ensino técnico no Brasil oferece várias opções de cursos técnicos aos nossos jovens e adultos que buscam por oportunidades de empregos em áreas específicas da indústria e comércio.

Entretanto, as dificuldades para a se alcançar este objetivo são muitas, especialmente para os jovens e adultos que ficaram alguns anos fora da sala de aula por motivos diversos, entre eles, as políticas públicas educacionais de governos anteriores.

Para Dore , dentre as possíveis causas da evasão do ensino médio técnico estão a estrutura organizacional e pedagógica das escolas. Ou seja, um educação de baixa qualidade e sem atrativos.

Para Freire (1981, p. 49), “para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo”. Isso significa dizer que, o processo de ensino-aprendizagem se dá quando a participação do aluno é ativa e complementa os conteúdos discutidos em sala de aula.

Desta forma, a motivação no aprender advém do encontro entre o conteúdo apresentado na sala de aula e a sua aplicabilidade no contexto em que se encontra o educando.

Quando refletimos sobre uma educação de qualidade, é comum interpretarmos esta qualidade como sinônimo de “mais cara” ou de “melhores salários para os professores

e coordenadores”. Mas segundo loschpe (2012, p. 70) “o problema principal dos funcionários de nossas escolas não é de motivação: é de preparo. E falta de preparo não se resolve com salário, mas com mais e melhor treinamento”.

Moran (2007, p. 7) afirma que nossa escola é pouco atraente principalmente a partir da 5ª série, e que escola erra ao abordar assuntos que nada tem a ver com a realidade dos alunos.

A educação que devemos proporcionar aos nossos jovens e adultos é aquela que contribua para a formação de bons profissionais e que possibilite a construção de uma nova sociedade. Desta forma, podemos afirmar que somente o ambiente escolar não é suficiente, é necessário também que hajam educadores de qualidade nas salas de aula.

Para loschpe (2012, p.93) “Os fatores mais importantes para a qualidade da educação são – e serão pelo futuro previsível – seus atores principais: professores e alunos”.

DESENVOLVIMENTO

Os dados pesquisados mostram que o problema de evasão escolar é um problema nacional, fruto das políticas educacionais públicas de governos anteriores conforme mencionado anteriormente neste artigo. Como exemplo podemos observar a tabela abaixo, referente pesquisa realizada no Estado de Minas Gerais, onde apresenta os principais motivos da evasão escolar.

Tabela 1: Motivos da evasão escolar de cursos técnicos em Minas Gerais

Motivos para a evasão nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica de Minas Gerais (2006-2010)	Motivo da evasão (%)
Dificuldade de conciliar estudo e trabalho	40,0
Necessidade de trabalhar	39,4
Insatisfação com o curso técnico	29,4
Fracasso escolar	25,2
O curso não era atrativo	21,2
Dificuldade com os procedimentos de avaliação do curso	20,2

As limitações presentes no dia a dia das escolas não devem ser barreiras para a evolução de nossa educação. Uma educação mais atrativa e que atende às expectativas de nossos jovens e adultos. Conforme loschpe (2012, p. 95) “teremos que caminhar com nossas próprias pernas, levando em consideração a realidade de alunos e professores que temos em nosso país”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi de descrever e debater a qualidade do ensino profissional, a sua importância para a formação dos nossos jovens e adultos e o desenvolvimento econômico do país.

A situação problemática que conduziu o rumo das pesquisas foi a evasão dos alunos causada pela pouca atratividade na educação de nossas escolas. Isso, mesmo considerando a grande oferta de cursos técnicos e profissionalizantes no ensino público e privado.

Diante das considerações apresentadas, conclui-se que o papel do educador é de fundamental importância para transformar a realidade das nossas escolas. A mudança de atitude dos responsáveis pelo ambiente escolar, incluindo os professores, coordenadores e diretores, se torna necessária para que se possa obter avanços na qualidade de nossa educação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar – Novas formas de aprender. Porto Alegre: Artmed, 2002.

EDUCA + BRASIL. Disponível em: <<http://www.educamaisbrasil.com/quem-somos.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2014.

FOLHA, Folha do São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2008/05/402662-reforma-no-sistema-s-gera-debate-acalorado.shtml>>. Acesso em: 24 set. 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Sérgio.; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 14, p. 108-194, Mai/Jun/Jul/Ago. 2000.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_2013_04_trimestre_caderno.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

IOSCHPE, Gustavo. O que o Brasil quer ser quando crescer? e outros artigos sobre educação e desenvolvimento. São Paulo: Paralela, 2012.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1196:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 24 set. 2014.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index2.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=663>. Acesso em: 30 set. 2014.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. São Paulo: Papirus, 2007.

PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=567>. Acesso em: 02 out. 2014.

PRONATEC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em: 02 out. 2014.

SISTEC, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/images/stories/pdf/resolucao_sistec.pdf>. Acesso em: 02 out. 2014. <<http://sitesistec.mec.gov.br/informas-aos-alunos-menu-principal-142>>. Acesso em: 02 out. 2014.

OS PARÂMETROS LEGAIS DO ENSINO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS

Maria Rafaela Junqueira Bruno Rodrigues

mariarafeela@com4.com.br

Professora Doutora - Associada I e Coordenadora do Polo Presencial do Curso de Gestão Empresarial da Fatec Franca – Faculdade de Tecnologia “Dr. Thomaz Novelino”, Centro Paula Souza, Professora Doutora na Universidade de Franca – UNIFRAN, Advogada junto a 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Franca/SP. Orientadora: Prof. Marcia Regina Poletine.

O objetivo do presente trabalho foi promover, através de uma pesquisa metodológica realizada por consultas, um levantamento das legislações que norteiam e fundamentam o acesso ao ensino profissional de jovens e adultos no Brasil.

El objetivo de este estudio fue promover, a través de una investigación metodológica mediante consultas, un estudio de las leyes que guían y sostienen el acceso a la enseñanza profesional de jóvenes y adultos en Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: educação, legislação, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

A ignorância quanto às leis, leva os cidadãos a prejuízos e lesões dos seus direitos no âmbito educacional. Temos na sociedade uma “mescla” de realidades sociais, onde uma grande parcela da população não só desconhece a lei positivada, como está longe de poder ver a efetivação dos seus direitos. Tal descrédito é fruto de decisões dos tribunais do país, pois, estes, estão muito longe de promover o “ideal de justiça”.

Assim, há que se buscar meios de superação. Um deles é através da disseminação das normas para a população que, a partir de então, poderá buscar a tutela dos seus direitos de acesso à educação profissional de jovens e adultos. O conhecimento sobre a legislação que norteia o ensino profissionalizante de jovens e adultos no Brasil é de extrema importância, pois, trata-se de um direito “subjetivo”, de todos os cidadãos.

A aceitação de que se trata de um direito subjetivo (MASCARO, 2011, p.95/97), leva a impossibilidade de não ter como “dispor”, “abrir mão”, “relegar” ou “renunciar” ao mesmo, pois, haveria o reconhecimento de ser este uma norma que possui caráter de ordem pública e, portanto, se sobrepondo a interesses particulares.

Nesse sentido, houve necessidade de se percorrer o histórico do processo de implantação da educação profissionalizante para jovens e adultos no Brasil através de uma metodologia de pesquisa bibliográfica realizada a partir de consulta a obras, periódicos, artigos científicos, dentre outros, junto a acervo particular e a bibliotecas públicas locais.

PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE JOVENS E ADULTOS

A educação profissional de jovens e adultos no Brasil nem sempre foi objeto de preocupação governamental. A construção desta somente ocorre como expressão da “educação popular” no início do século XX (MEDEIROS, 2005, p.2).

O plano Nacional de Alfabetização foi instituído através do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964 e determinou que fossem realizados pelo país programas de alfabetização, com a finalidade de levar os cidadãos a estarem conscientes de sua condição de seres humanos.

Seguindo o processo de superação do analfabetismo, o governo militar instituiu através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que ao contrário do estabelecido no Plano Nacional de Alfabetização, propunha tão simplesmente que se ensinasse aos alunos a ler e escrever.

No entanto, essa postura vivenciada através do MOBRAL, não perdurou. Movimentos sociais que o seguiram acabaram por forçar a sua mudança, que teve seu início com o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto – 1980/1985. Este tentou retomar a proposta anterior de conscientização que tinha por fundamento teórico o pensamento de Paulo Freire.

Com a extinção do MOBRAL e da tentativa estabelecida com o III Plano Setorial, o Governo Federal somente retoma a EJA com a criação do Programa de Alfabetização Solidária que o envolveu através do Ministério da Educação – MEC, o Conselho da Comunidade Solidária, empresas, universidades e prefeituras. Essa iniciativa, no entanto, foi objeto de críticas junto aos educadores.

Essa situação perdurou até que houve a promulgação, em 05 de outubro de 1988, da Constituição da República Federativa do Brasil que deu início a uma nova vertente para a educação de jovens e adultos no país.

O ensino para jovens e adultos passa a ser um direito e não um “simbolismo”. Assim, esse tipo de ensino deve ser procurado de forma incessante como aquele capaz de levar a população à transformação de suas vidas e da sociedade.

OS ASPECTOS LEGAIS ATUAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A nova constituição dispôs que a educação básica obrigatória e gratuita deve se dar dos 4 aos 17 anos de idade, e sua oferta deve ser gratuita para todos os que não tiveram condições econômicas para seu custeio em uma instituição particular.

Também determinou, através da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, em seu art. 6º, que a sua forma seja implementada progressivamente até o ano de 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, recebendo apoio técnico e financeiro da União.

O fato da oferta da EJA ter sido configurada como um direito subjetivo dos cidadãos, lhe deu um caráter de irrenunciabilidade e indisponibilidade. Através da Constituição houve o estabelecimento de que a escola deve assegurar a todos os seus envolvidos o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (MATHIEU, 2013, p. 60).

Uma educação profissional para jovens e adultos com vistas ao futuro, nos termos constitucionais, ou seja, como “direito subjetivo”, terá que corresponder aos anseios de promoção da autonomia do sujeito.

O conhecimento sobre a legislação que norteia o ensino profissionalizante de jovens e adultos no Brasil é de extrema importância, pois, trata-se de um direito “subjetivo”, de todos os cidadãos.

Recentemente, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, instituiu o Plano Nacional de Educação, onde estabeleceu vinte metas para a construção de Planos de Educação como Políticas de Estado. Tais metas foram traçadas de forma a protegerem o direito à educação e à profissionalização dos jovens.

O ensino profissional para jovens e adultos se traduz em um direito e não pode ficar estagnado numa zona de “simbolismo”, pois será a única alternativa de transformação das vidas dos cidadãos brasileiros, trazendo garantias de qualidade de vida, convivência e melhorias econômicas às gerações futuras (PETEROSSO, 2014, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento dos parâmetros legais que norteiam o ensino profissional de jovens e adultos no Brasil foi o objeto do presente trabalho.

A discussão teórica apresentada pretendeu ampliar os espaços de discussão e, tal como sugerido por Paulo Freire, “promover uma reflexão sobre o poder de refletir dos cidadãos, para libertá-los através de sua própria conscientização”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro Henrique de Almeida. A relativização do conhecimento obrigatório da lei. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7402/A-relativizacao-do-conhecimento-obrigatorio-da-lei>>. Acesso em: 25 out. 2014.

BEISIEGEL, Celso de Rui. A educação de jovens e adultos: desafios do século 21. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 34-42, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/101/103>>. Acesso em: 26 out. 2014.

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: 26 out 2014.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. Decreto nº 53.465, de 21 de Janeiro de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 – Estatuto da Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. III plano setorial de educação, cultura e desporto; 1980/1985. Brasília, MEC/CCS, 1982. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001497.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

Acesso em: 26 out. 2014.

CANOTILHO, Jose Joaquim G.; MOREIRA, Vital. Fundamentos da Constituição. Coimbra: Coimbra Editores, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 33 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2202.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014.

MAIA, Cesar. Furor legiferante: excesso de leis cria insegurança jurídica. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 de setembro de 2009, p.5/9, edição de sábado.

MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao estudo do direito. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATHIEU, Elizabete Rodrigues Oliveira. BELEZIA, Eva Chow. Formação de jovens e adultos: (re)construindo a prática pedagógica. São Paulo: Ceeteps, 2013.

MEDEIROS, Maria das Neves de. A educação de jovens e adultos como expressão da educação popular: a contribuição do pensamento de Paulo Freire. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19/22 de setembro de 2005.

MOTTA, Elias de Oliveira. Direito Educacional e educação no século XXI: com comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: UNESCO, 1997.

PETEROSI, Helena Gemignani. Subsídios ao estudo da educação profissional e tecnológica. São Paulo: Ceeteps, 2014.

SOUSA, F.C. O que é “ser adulto”: as práticas e representações sociais sobre o que é “ser adulto” na sociedade portuguesa. Revista Moçambres: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, v. 1, n. 2. 2007. Disponível em: <http://www.moodle.cpsctec.com.br/capacitacaopos/pluginfile.php/2070/mod_resource/content/49/01_Aula3/pdf/ser_adulto.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do Direito. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CONCLUINTES DA EJA E CURSOS TÉCNICOS: A PROCURA POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Maria Salete Zufelato Vencel

zufelatovencel@netsite.com.br

Professora de Biologia, afastada para assumir o Cargo de Diretora de Serviço da Área Acadêmica, da Etec Manoel dos Reis Araújo, em Santa Rita do Passa Quatro-SP, Centro Paula Souza. Orientada pela profa. Me. Lucilene Santo Silva Fonseca.

O objetivo desse trabalho foi verificar, dentre os concluintes dos cursos técnicos de uma Escola Técnica (Etec) do interior paulista, se a conclusão do ensino médio ocorreu por meio da escolarização regular ou pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).

El objetivo de este estudio fue determinar, entre los graduados de los cursos técnicos de una Escuela Técnica (Etec) en el interior de São Paulo, si la conclusión de la enseñanza secundaria se dio a través de la educación regular o por la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA).

PALAVRAS-CHAVE: cursos técnicos, Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino médio.

INTRODUÇÃO

Esse artigo foi organizado com o objetivo de verificar, dentre os concluintes dos cursos técnicos de uma Escola Técnica (Etec) do interior paulista, se a conclusão do ensino médio ocorreu por meio da escolarização regular ou pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Como objetivos específicos, pretendeu-se verificar a idade de conclusão do ensino médio regular e/ou EJA relacionando-a ao término do curso técnico; analisar se existe preferência de gênero quanto à procura por cursos técnicos e EJA; relacionar o término do ensino médio/EJA com escola pública e particular. Esses objetivos vêm de encontro com a atualidade pois a revolução tecnológica do século XXI traz muitas indagações a respeito do mundo do trabalho.

Para que o cidadão consiga uma colocação na sociedade, diante de tantas transformações, há necessidade de ele saber ler e escrever, para, em seguida, qualificar-se e adequar-se às exigências do mundo contemporâneo. A EJA é uma alternativa para aqueles que querem dar continuidade os seus estudos e tentarem uma reinserção na sociedade.

Para verificar a quantidade de alunos que realizaram um curso técnico e que finalizaram a escolarização por meio da EJA, a metodologia utilizada foi a de um Relato de Pesquisa. Os materiais utilizados foram os prontuários dos alunos de uma Etec do interior do estado de São Paulo que concluíram cursos técnicos no período de 2009 ao primeiro semestre de 2014.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vivemos hoje a passagem da sociedade industrial para a informacional. O acelerado processo tecnológico leva as instituições escolares a repensarem seu papel no sentido de formarem um novo trabalhador, com um perfil de qualificação profissional que atenda às exigências do mercado de trabalho (LIBÂNEO, 2008, p.45-47).

O conceito de alfabetização depende das características econômicas, culturais e tecnológicas da pessoa. Representa, portanto, um conceito social de alfabetização, ou o que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) chama de alfabetização funcional, termo utilizado em programas de alfabetização organizados em países subdesenvolvidos. Assim, a alfabetização

pode caracterizar-se como um conjunto de habilidades, de natureza complexa e multifacetada.

É preciso considerar também a cidadania, que nada mais é que a consequência do acesso à leitura e à escrita, conseqüentemente, da alfabetização. A relação entre os dois deve ser entendida no conjunto mais amplo dos determinantes sociais, políticos, econômicos, pois inviabiliza o exercício da cidadania por uma grande parte da população brasileira, principalmente jovens e adultos. Assim, a alfabetização deve ser considerada como um meio, entre outros, de luta contra a discriminação e as injustiças sociais (SOARES, 2007, p.17-18).

A EJA é uma alternativa para aqueles que querem dar continuidade os seus estudos e tentarem uma reinserção na sociedade.

A sociedade do conhecimento, acompanhada de escolarização, pode levar o indivíduo à inserção no mundo do trabalho, tornando-o um cidadão culturalmente capaz. Isso inclui aquelas pessoas que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino médio na idade adequada.

METODOLOGIA

Diante da preocupação com a inserção dos cidadãos no mercado de trabalho, foi organizado um Relato de Pesquisa em uma Etec do CEETEPS, do interior paulista. As análises foram feitas para os cursos técnicos em Açúcar e Alcool, Administração, Enfermagem e Informática. Os dados foram organizados por meio da contagem individual da quantidade de alunos de cada curso, elaboração da porcentagem de concluintes diante do total de alunos para cada faixa etária e a média de concluintes para cada faixa etária.

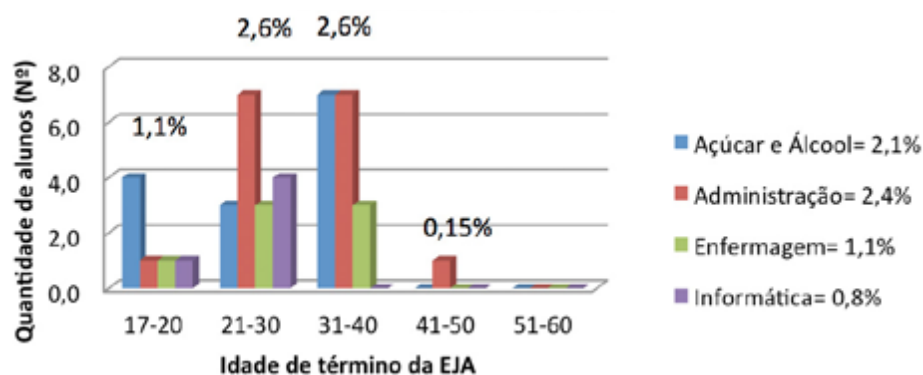
DISCUSSÃO

Dentre os concluintes dos cursos técnicos analisados neste artigo, 6,4%, ou seja, 42 alunos terminaram o Ensino Médio por meio da modalidade EJA, conseqüentemente, 611 alunos (93,6%) obtiveram a escolarização básica por meio do ensino médio regular. Tal resultado é positivo, demonstrando que o Ensino Médio regular é predominante na população analisada.

Com relação à idade de conclusão da EJA, os alunos pertencentes à faixa etária de 21-40 anos predominam sobre os demais (5,2%). A título de curiosidade, observa-se pelos resultados obtidos que, dentre os concluintes da EJA, há um percentual maior de procura pelo curso técnico em Administração (2,4%), seguido de Açúcar e Álcool (2,1%), Enfermagem (1,1%) e Informática (0,8%).

Tal curso é procurado pelos alunos que terminaram a EJA porque não oferece grandes dificuldades de compreensão de conteúdos. Já a procura pelo curso técnico em Açúcar e Álcool ocorre por pessoas com mais idade, devido às condições de trabalho favoráveis nas usinas sucroalcooleiras da região.

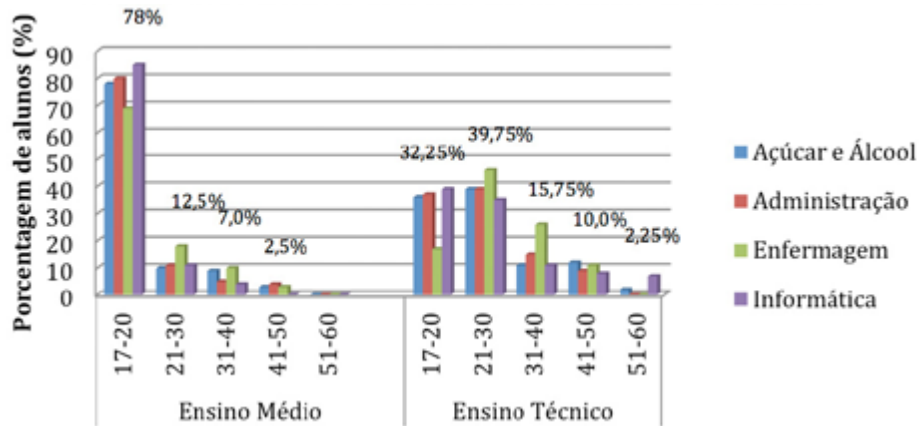
Gráfico 1: Quantidade de alunos concluintes da escolarização básica através da EJA.



Quando analisamos a idade de conclusão do Ensino Médio/EJA no geral de alunos pesquisados, observamos que há um percentual maior na faixa etária de 17-20 anos (78,0%).

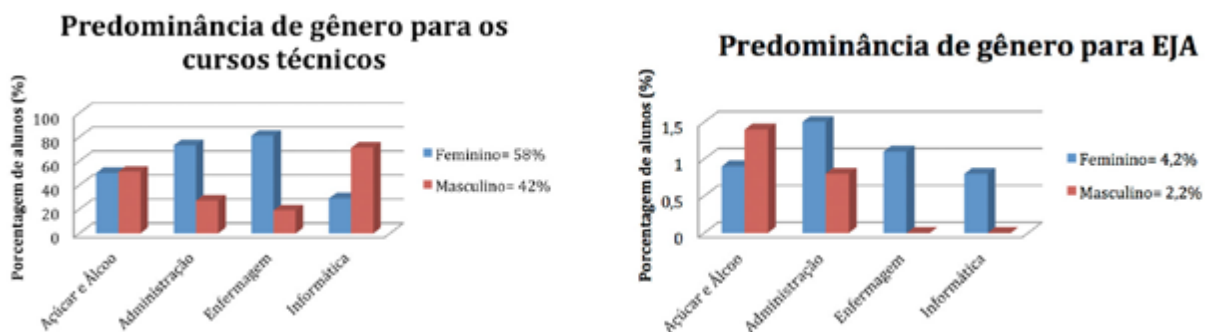
Já a verificação da idade de conclusão do ensino técnico mostra que a faixa etária de 17-30 anos predomina sobre as demais verificadas (72%). Concluintes com idade entre 21-30 anos perfazem um percentual de 39,75, porcentagem considerável, demonstrando que, mesmo tendo concluído o ensino médio na faixa etária de 17-20 anos, quase a metade dos alunos realizaram a qualificação profissional depois de um tempo da formação básica, com idade superior a 21 anos, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Média de concluintes nos anos de 2009 a 2014

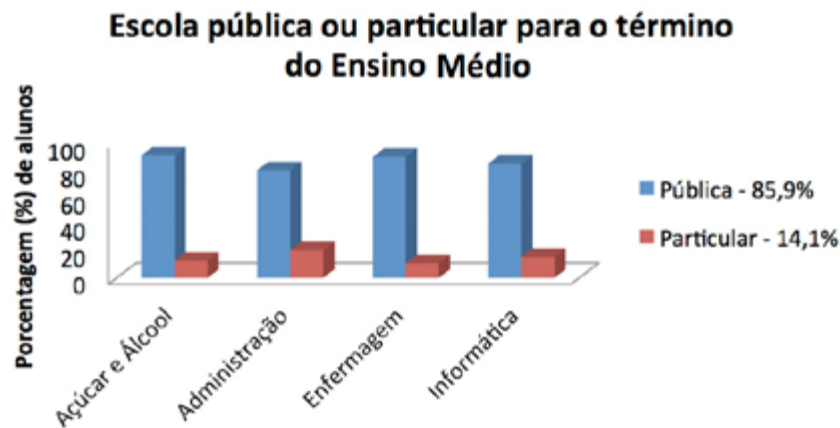


Quanto à questão de gênero, o estudo mostra na Figura 3A que há uma tendência feminina para a realização de cursos técnicos (58%) quando comparada à masculina (42%). A falta de equidade entre homens e mulheres tem origem na própria sociedade, mas o avanço tecnológico leva à igualdade de gênero.

Gráfico 3: Predominância entre homens e mulheres por cursos técnicos (A) e os que terminaram o Ensino Médio por meio da EJA (B).



A clientela dos cursos técnicos da Etec é proveniente de instituições públicas (85,9%). Apenas 14,1% estudaram a educação básica em uma escola particular.



Gáfcico 4: Escola pública ou particular para o término do Ensino Médio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aglobalização e a era da informação, predominantes no mundo atual, levam as pessoas a buscarem uma escolarização eficiente para a atuação no mercado de trabalho. Quanto mais informado e culto for o indivíduo, maior sua chance de colocação na sociedade, conseqüentemente, empregabilidade e inclusão social e cultural. Tal informação é condizente com os resultados obtidos pela pesquisa, onde constata-se que os alunos, estando ou não dentro da faixa etária prevista em lei para a conclusão do ensino médio, buscam aprimoramento profissional por meio de cursos técnicos.

É possível verificar também que a porcentagem de alunos concluintes do Ensino Médio por meio da educação regular é predominante entre os concluintes de cursos técnicos. Apenas uma minoria de alunos cursou a EJA como forma alternativa de conclusão da escolarização básica.

Quanto à idade de conclusão do ensino médio, observa-se que a clientela está dentro dos limites estabelecidos por lei, não havendo predominância de gênero. Uma pequena diferença entre os sexos pode ser observada entre os concluintes da EJA que cursaram a qualificação técnica. Isso demonstra a importância dos estudos nos dias de hoje. Ou seja, as pessoas necessitam de aperfeiçoamento para uma colocação satisfatória e digna no mercado de trabalho.

Mas, fica uma dúvida: será que a porcentagem ínfima de concluintes pela EJA, que buscou realizar um curso técnico na Etec, é realmente um ponto positivo, demonstrando que, na atualidade, os alunos estão concluindo o ensino médio por meio da escolarização regular? Ou, mesmo diante de tanta tecnologia, os alunos não têm consciência que, por meio dos estudos, o indivíduo consegue uma colocação satisfatória no mercado de trabalho, daí a observação de alguns alunos terminarem o ensino médio e só depois de alguns anos concluírem a escolarização técnica? Tudo indica que a população em geral ainda não consegue compreender que, por meio da EJA, o indivíduo pode ser considerado incluído socialmente e culturalmente. Fica a indagação para um próximo estudo, pois a EJA ainda não é bem aceita pelas pessoas.

O mercado de trabalho no mundo contemporâneo exige profissionais cada vez mais capacitados, com habilidades e competências para exercer diferentes funções nos mais variados setores. E a escola precisa adequar-se a essas mudanças, possibilitando uma aprendizagem de qualidade, formando profissionais competitivos. Essa aprendizagem somente será possível ao se freqüentar uma escola regular ou na modalidade EJA. Como resultado de sua participação, o aluno terá o conhecimento para desempenhar atividades qualificadas exigidas pelo mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 out. 2014.

BRASIL. Resolução CNE nº 03, de 15 de junho de 2010. Disponível em: <<http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/70/pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 2.ed. ver. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000 – (Guia da escola cidadã; v.5).

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

PETEROSSO, Helena Gemignani. Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica. São Paulo: Ceeteps, 2014.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO

Nivia Cristiane de Macedo

niviamacedo@centropaulasouza.sp.gov.br

Nutricionista, Professora na Etec Júlio de Mesquita, Santo André, Centro Paula Souza. Orientada por Professora Lidia Ramos Aleixo de Souza.

A área da educação teve que acompanhar o processo de transformação do mundo do trabalho. Para o público dos ensinos médio técnico, uma questão se nos impõe: a prática profissional colabora com o processo ensino-aprendizagem dos educandos do mercado de trabalho? Este estudo tem como objetivo explicitar a contribuição da prática profissional no processo ensino-aprendizagem de jovens e adultos de ensino técnico de nível médio. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa que se baseou em uma revisão de literatura nas bases de dados Scielo e Domínio Público.

El área de la educación tuvo que acompañar el proceso de transformación del mundo laboral. Para el público de la enseñanza media técnica, se nos impone un planteamiento: ¿la práctica profesional contribuye al proceso enseñanza-aprendizaje de los educandos del mercado laboral? El presente estudio tiene como objetivo explicitar el aporte de la práctica profesional en el proceso enseñanza-aprendizaje de jóvenes y adultos de la enseñanza técnica de nivel medio. Para ello se llevó a cabo una investigación cualitativa basada en una revisión bibliográfica desde las bases de datos Scielo y Domínio Público.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional, Educação de Jovens e Adultos (EJA), ensino médio, processo ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mundo passou por transformações que tronaram as relações entre trabalho e educação mais complexas, exigindo o aumento da qualificação dos trabalhadores e estimulando o debate das relações entre trabalho, qualificação e educação (GARCIA, 2009).

As categorias educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura são indissociáveis e constituem-se temas de estudos na área educacional. “Nunca se falou tanto em mundo do trabalho e em educação para o trabalho, bem como em sua relação com a ciência, a tecnologia e a cultura como agora” (VIROTE, 2009, p. 31).

Diante do público do ensino técnico de nível médio surge uma questão: a prática profissional colabora com o processo ensino-aprendizagem dos educandos atuantes no mercado de trabalho?

Na perspectiva reducionista, os educandos que atuam no mercado de trabalho teriam uma possibilidade de maior integração trabalhista, social, técnica, tecnológica, metodológica e cultural de forma integrada. Partindo desta hipótese, o estudo tem como objetivo explicitar a contribuição da prática profissional no processo ensino-aprendizagem de jovens e adultos de ensino técnico de nível médio.

Foi desenvolvida então uma pesquisa qualitativa que se baseou em uma revisão de artigos, teses de mestrado e doutorado nas bases de dados Scielo e Domínio Público. As publicações analisadas foram revistas científicas nacionais e internacionais em língua portuguesa e português de Portugal. Após análise dos estudos selecionados, os dados foram dissertados.

A educação profissional no Brasil, que é uma modalidade complementar à educação básica, explicitada na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 – artigos 36 (§ 2º), 39 a 41 (BRASIL, 2005, p. 22-23), e regulamentada no Decreto Federal 5.154/04 (BRASIL, 2005, p. 5). Ela pode ser desenvolvida por meio de cursos e programas de: a) formação inicial e continuada de trabalhadores (doravante FICT); b) educação profissional técnica de nível médio, e c) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Até o século XIX, não há registros de oferta de forma sistemática da educação profissional, o que existia era uma educação propedêutica para as elites, portanto, nenhuma forma de educação sistematizada para os trabalhadores. No início do século XX, a busca pela educação profissional veio das demandas do desenvolvimento econômico e aos interesses das camadas emergentes da população que buscavam o direito à educação. Porém, estabeleceu-se, além do estigma da servidão herdado do início da colonização, que era uma educação destinada aos desvalidos da sorte (GARCIA, 2009).

Com a industrialização do Brasil, vários setores da sociedade demonstraram interesse em desenvolver um ensino que preparasse o trabalhador para as atividades profissionais.

Outro momento histórico ocorreu com a aceleração no aumento de escolas profissionais no Brasil, durante a Primeira Guerra Mundial. No entanto, constatou-se que a formação profissional e educação aos trabalhadores era voltada para o treinamento, até porque a indústria ainda era bastante elementar. Até 1942, com o surgimento das leis orgânicas do Ensino, o ensino profissionalizante não tinha nenhuma regulamentação (GARCIA, 2009).

PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM POR COMPETÊNCIAS

“Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho.” (SAVIANI, 1995, p.19). Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico (emanadas do CNE por meio do Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e da Resolução CNE/CEB nº 04/1999) formam um conjunto de orientações que deveriam servir para apoiar o trabalho dos professores que atuam nesta modalidade de ensino (VIROTE, 2009).

No ambiente do trabalho, a noção de competência tem sido colocada como a alternativa mais adequada à noção de qualificação. O modelo de competências surgiu como uma proposta para a educação profissional, como uma decorrência das mudanças no mundo do trabalho que necessitava de um novo perfil do trabalhador (RON; SOLER, 2010).

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

É preciso demarcar que para haver uma educação profissional de qualidade é necessária uma educação básica de qualidade. Também é necessário ter o trabalho como princípio educativo e pedagógico articulado à teoria e à prática em todos os momentos formativos. E, com isso, avançar na formação centrada na prática para os trabalhadores (GARCIA, 2009).

Atualmente, no mercado predomina a lógica da competição e, no ensino a lógica da qualidade. “A educação ressurge, sob as categorias de sociedade do conhecimento e qualidade total, como panacéia de competitividade numa sociedade tecnificada e globalizada.” (FRIGOTTO, 1996, p.14).

Um dos desafios que se coloca para as instituições de ensino profissionalizante é a organização de um currículo técnico que integre conhecimentos gerais e específicos, assumindo uma educação como prática social e cultural. Este é um processo complexo que exige o olhar para a sua totalidade (FERREIRA; RAGGI; RESENDE, s.d.).

Ressaltando a opinião de Libâneo, Oliveira e Toschi (2005), Virote (2009) menciona que as pessoas adquirem o conhecimento em vários ambientes e/ou espaços de aprendizagem: na rua, na televisão, nos livros, nos vídeos, nos computadores e nas fábricas. Portanto, a escola não é o único meio de aquisição de conhecimento.

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005 citado por VIROTE, 2009), a preocupação do trabalho na sociedade capitalista se dá por dois motivos: como atividade educativa e como atividade produtiva. Os jovens e o adultos que estão inseridos no mundo do trabalho e das relações interpessoais trazem consigo uma história mais complexa de experiências. Isso faz com que eles tragam consigo maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem (OLIVEIRA, 1999).

No entanto, parece que a educação não acompanhou as mudanças da globalização, acarretando a necessidade de novas iniciativas (BASSO, 2010). “É importante considerar que a educação com base na formação por competências deve estimular a resolução de problemas, desafiar os educandos a mobilizar conhecimentos já adquiridos, a integrar novos e a criar” (RON; SOLER, 2010, p. 4). Portanto, ocorre um rompimento da dicotomia entre teoria e prática e reforça-se o compartilhamento de responsabilidades entre docente e educando (RON; SOLER, 2010).

Um dos desafios que se coloca para as instituições de ensino profissionalizante é a organização de um currículo de formação técnica que integre conhecimentos gerais e específicos, assumindo uma educação como prática social e cultural.

A etapa atual de desenvolvimento do capitalismo afeta a educação escolar de várias maneiras: a) exige do novo tipo de trabalhador flexibilidade e polivalência, valorizando a educação formadora de novas habilidades cognitivas e de competências sociais e pessoais; b) proporciona para a escola propostas mais compatíveis com os interesses de mercado; c) reestrutura os objetivos e as prioridades da escola; d) proporciona modificações nos interesses, nas necessidades e nos valores escolares; e) impõe à escola a mudança de suas práticas por causa do avanço tecnológico dos meios de comunicação e da introdução da informática; f) propõe alteração na atitude do professor e no seu trabalho, pois os meios de comunicação e os demais recursos tecnológicos são muito motivadores (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005 citado por VIROTE, 2009).

Kuenzer (2000 citado por VIROTE, 2009) realça a necessidade de um eixo curricular que valorize o conceito de trabalho como práxis humana e não só como práxis produtiva. É importante ressaltar que a legislação para a educação profissional e tecnológica precisa ter flexibilidade e permitir que se instale o conflito na escola pela prática pedagógica dos docentes e pela forma de gestão. Isso permitirá ocorrer o desvelamento da concepção dominante de educação profissional e objetivando a formulação de uma concepção de mundo que atenda aos interesses dos trabalhadores (VIROTE, 2009).

O novo paradigma produtivo requer o desenvolvimento de competências que superem o modelo de formação conteudista. Assim, um desenho curricular coerente com as mudanças do mundo do trabalho é um desafio para a renovação das práticas pedagógicas (RON; SOLER, 2010).

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a contribuição da prática profissional no processo ensino-aprendizagem de jovens e adultos de curso de ensino técnico de nível médio vem ao encontro das necessidades de mudança do mercado de trabalho atual. Necessita-se que o processo de aprendizagem seja cada vez mais coerente com as competências e habilidades necessárias para os dias de hoje. A proposta de educação profissionalizante deve propor um currículo flexível e atualizado, fazendo do trabalho um norteador do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BASSO, S. S. A Metodologia Baseada em Competências na Educação Profissional do SENAI. Tese (mestrado) – Centro Universitário La Salle. Canoas, 2010.

BIONDO, F. P.; CALSA, G. C. A influência dos conhecimentos prévios na conceituação de gênero gramatical. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia, nov., 2003. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br>>. Acessado em: 19 de set. 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasília: Imprensa Oficial, Diário Oficial, v. 134, n. 248, 1996.

FÁVERO, O.; RUMMERT, S. M.; VARGAS, S. M. Formação de Profissionais para a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores - a proposta da faculdade de educação da universidade federal fluminense. Disponível em: <<http://forumeja.org.br>>. Acessado em: 27 de julho de 2013.

FERREIRA, E. B.; RAGGI, D.; RESENDE, M. J. A EJA integrada a educação profissional no CEFET: avanços e contradições. s.d. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>.

Acessado em: 27 de out. de 2013.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL. As competências: o conceito e a realidade. Revista Europeia, nº 1, p. 06, 1994.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: BIANCHETTI, Roberto Geraldo. O modelo Neoliberal e as Políticas Educacionais. 2a ed. São Paulo: Cortez, 1996. (p.14).

GARCIA, S. R. O. A educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: avanços e desafios. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Curitiba, 2009.

MENDONÇA, M. E. N. Aprendizagem e Avaliação de Competências na Escola Moderna. Tese (mestrado) – Universidade de Madeira, Departamento de Ciências da Educação. Funchal, 2007.

OLIVEIRA, K. L. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. XII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1999.

RON, R. R. D.; SOLER, E. M. Planejamento de Ensino e Avaliação da Aprendizagem para Cursos Estruturados com Base em Competências. Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI-SP. vº4(8), mar. 2010. Disponível em: <<http://revistaeletronica.sp.senai.br>>. Acessado em: 19 de set. 2013.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI - O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. Sísifo. Rev Ciências da Educação, nº 2, p 35-50, jan-abr, 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acessado em: 01 ago. de 2013.

SANTOS, M. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 5ª.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

STOCO, H. P. A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET-BA. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal da Bahia – IFBA, nº 01(I), agosto, 2010.

VIROTE, S. M. P. A educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio: implicações das mudanças legais no governo Lula para o IFG. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Departamento de Educação, 2009.



DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM APRESENTADAS PELOS ALUNOS DO CURSO DE ENFERMAGEM

Samira Rodrigo dos Santos Silva

samira-silva@ig.com.br

Professor na Etec Professor José Sant´Ana de Castro, Cidade: Cruzeiro, Centro Paula Souza. Orientado por Juliana Nazaré Alves.

O presente artigo tem o objetivo de levantar as dificuldades que o aluno encontra ao ingressar no curso de enfermagem após ficar anos sem estudar. Foi utilizada a metodologia de pesquisa de campo, com aplicação de um questionário para 30 alunos de dois cursos técnicos em enfermagem localizados no município de Cruzeiro-SP. Como resultado, foi possível concluir que as dificuldades dos alunos são o uso de novas tecnologias e a mudança do papel do professor, que antes detinha todo o conhecimento, e que agora é um facilitador.

Este artículo tiene como objetivo levantar las dificultades que el estudiante encuentra al ingresar en el curso de enfermería tras años sin estudiar. Se utilizó la metodología de investigación de campo, con aplicación de un cuestionario a 30 alumnos de dos cursos técnicos en enfermería en el municipio de Cruzeiro- SP. Como resultado, se concluyó que las dificultades de los estudiantes se estriban el uso de las nuevas tecnologías y el cambio de rol del profesor que antes detenía todo el conocimiento, y que ahora es sólo un facilitador.

PALAVRAS-CHAVE: enfermagem, aprendizagem, geração Baby Boom, geração X, geração Y.

INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos o paradoxo de que, enquanto alguns possuem tecnologia de ponta, outros ainda vivem na miséria. O mesmo ocorre dentro das salas de aula. No Brasil o professor que nasceu conhecendo a televisão e o rádio como os principais instrumentos de comunicação, hoje se depara com alunos excessivamente informatizados. Alunos esses que conseguem responder uma questão complexa com um toque em uma tela. Mas, por outro lado, também encontra alunos que se recusam a digitar um texto no computador. Por esses motivos o professor precisa desenvolver capacidades para diminuir as desigualdades e tornar suas aulas interessantes para todas as gerações (SANTOS NETO; FRANCO, 2010, p. 12).

Vários fatores podem influenciar as diferenças de comportamento dos alunos. No que se refere ao aprendizado, a geração ao qual pertencem e o tempo que ficaram fora da escola parecem exercer grande influência.

Entender como viveram e vivem as gerações Baby Boom, X e Y é interessante para o professor que precisa conviver com todas elas dentro da sala de aula.

Encontramos alunos da geração Baby Boom que pararam de estudar precocemente e que terminaram o ensino fundamental e o médio através da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Apesar desses alunos já terem um contato maior com meios tecnológicos, ainda apresentam alguma rigidez em relação ao trabalho e aos estudos.

Temos hoje uma mudança no papel do professor. Antes ele detinha todo o conhecimento, agora ele passa a ser alguém que auxilia na construção do saber.

Muitos professores que também pertencem a essa geração não foram preparados para lidar com uma sala de aula com alunos de várias gerações simultaneamente. Encontramos alunos a geração Y cheios de energia e com uma maneira de aprender totalmente diferente. Não é fácil agradar aos alunos dessa geração, pois assimilam o conhecimento muito rapidamente e deixam os colegas de classe de outras gerações “isolados”. Não se contentam com aulas expositivas e exigem, da unidade de ensino e do professor, recursos tecnológicos.

Mas, se o professor não foi preparado para esse choque de gerações, terá dificuldades para ajudar os alunos a desenvolverem seus potenciais. Por isso, é importante confrontar a prática da obsoleta “educação bancária” com as que foram propostas por Paulo Freire. Segundo ele “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa” (FREIRE, 1987, p. 97).

OBJETIVOS

O objetivo desse artigo foi levantar as dificuldades que os alunos encontram ao ingressar no curso de enfermagem após terem ficado anos sem estudar. Buscou-se também saber a importância de capacitar o professor a lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos, tanto no sentido de diminuir as desigualdades, quanto no de tornar suas aulas interessantes para todas as gerações.

METODOLOGIA

Foi utilizada a metodologia de coleta de dados a partir de um questionário, com quatro perguntas fechadas, para 30 alunos dos cursos técnico em enfermagem (sexo feminino e masculino com idade entre 27 a 56 anos), que estão fora da escola há dez anos ou mais, e que atualmente estudam na ETEC Professor José Sant´Ana de Castro e de graduação da Escola Superior de Cruzeiro, localizadas no município de Cruzeiro – SP.

O questionário era composto por 5 questões fechadas:

- Como foi o término dos seus estudos, na educação regular ou EJA?
- Qual o motivo que te fez entrar para um curso de enfermagem: melhorar de vida, ter uma profissão, ingressar no mercado de trabalho ou realizar um antigo sonho?
- O que você acha sobre os novos métodos de ensino utilizados no curso? (muito diferente do que conhece; exige conhecer informática; exige muito de mim, diferente mas bom)
- Qual sua relação com os professores na sala de aula? (gosto da maioria; são menos atenciosos que antigamente; me dão liberdade de expressão; indiferente).
- Qual a maior dificuldade que o aluno aponta no curso?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1º questão: os resultados mostraram que 18% dos alunos responderam que terminaram seus estudos no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), sendo que 12% terminaram através do ensino regular.

Podemos perceber que a maioria dos estudantes não conseguiram terminar o ensino médio regularmente, por isso optaram pela EJA já que permite a conclusão em menos tempo.

2º questão: os resultados mostraram que 8% tiveram a intenção de melhorar de vida, 5% pretenderam ter uma profissão, 9% quiseram ingressar no mercado de trabalho e 8% estavam determinado a realizar um sonho antigo.

3º questão: os resultados indicaram que 6% consideraram que os novos métodos de ensino utilizados no curso eram muito diferentes do que conheciam anteriormente, a maioria 12%, disseram que exigiam conhecer informática, 9% que exigiam muito do aluno e 3% que eram diferente, porém bons.

4º questão: aqui percebemos a importância do professor no processo de inclusão desses alunos ao novo contexto social e educacional. O aluno ainda atribui uma segurança muito grande à figura do professor. Santos Neto e Franco dão grande enfoque à relação docente-discente quando dizem que essa relação continua sendo central no processo de construção do conhecimento e continuarão a ser, não importando se a modalidade educativa é presencial ou à distância. A relação pedagógica exige diálogo, escuta sensível, tolerância, criatividade, firmeza e decisão (SANTOS NETO; FRANCO, 2010, p. 21).

5º questão: mais uma vez é possível perceber o conflito entre gerações, pois os alunos mais velhos temeram tudo que é novo: os métodos de ensino, a convivência com a geração Y e o uso de novas tecnologias.

INTERPRETAÇÕES DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Os resultados da pesquisa mostraram que dos 30 questionários aplicados 80% terminaram seus estudos no EJA, 60% apresentaram o mercado de trabalho como

sendo o principal motivo que os fizeram entrar para um curso de enfermagem (técnico ou graduação), 40% reconheceram que para utilizar e aprender a partir das novas técnicas didáticas é necessário o conhecimento prévio de informática. Sobre o relacionamento com os professores, 47% afirmaram ter maior liberdade para se expressarem e contarem suas vivências, porém 37% alegaram ter grande dificuldade em relação aos novos métodos didáticos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido o conflito em uma sala de um curso de enfermagem onde se encontram alunos de várias gerações.

A geração Baby Boom é a que mais sofre pois advém de um aprendizado tradicional, centrado no professor e não no aluno, e apresenta extrema dificuldade com ferramentas tecnológicas.

A geração X ainda carrega traços do tradicionalismo, porém aceitam mudanças com maior facilidade, por isso se adapta melhor ao novo sistema.

Dentre as maiores dificuldades destacamos o uso de novas tecnologias, o medo de não acompanhar os colegas e a mudança do papel do professor, que antes detinha todo o conhecimento, mas que agora passa a ser alguém auxilia na construção do saber.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Manuela Maria Conceição. Alguns fatores que influenciam a aprendizagem do estudante de enfermagem. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenum/millenum31/11.pdf>>. Acesso em: 22 set 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GANDIN, Adriana Beatriz. Encontro de gerações na escola – a interação entre escola, pais e alunos. 2010. Disponível em: <<http://www.portalfuturum.com.br/home/educartigos/visao.php?id=2761>>. Acesso em: 25 set 2013.

ITO, Elaine Emi; PERES, Aida Maris; TAKAHASHI, Regina Toshie; LEITE, Maria Madalena Januário. O ensino de enfermagem e as diretrizes de enfermagem curriculares: utopia X realidade. USP, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n4/v40n4a16.pdf>>. Acesso em: 30 set 2013.

MARQUES, Maria de Fátima Mendes. Entre a continuidade e a inovação. O ensino superior de Enfermagem e as práticas pedagógicas dos professores de Enfermagem. Revista Lusófona de Educação. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n5/n5a09.pdf>>. Acesso em: 22 set 2013.

SANTOS NETO, Elydio; FRANCO, Edgar Silveira. Os professores e os desafios pedagógicos diante das novas gerações: considerações sobre o presente e o futuro. Revista de Educação do COGEIME, 2010. Disponível em: <<http://www.cogeime.org.br/revista/36Artigo01.pdf>>. Acesso em: 28 set 2013.

URBANO, Luzia A. As reformulações na saúde e o novo perfil profissional requerido. Revista Enfermagem Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IisScript=iah/iah.xis&nextAction=Ink&base=LILACS&exprSearch=338604&indexSearch=ID&lang=p>>. Acesso em: 28 set 2013.

VIANA, Fernando. Os novos tempos: a convivência das gerações X e Y nas empresas. Disponível em: <www.infonet.com.br/fernandoviana/ler.asp?id=73931>. Acesso em: 29 set 2013.

A IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO AFETIVO ENTRE DOCENTE E ALUNO PARA O APRENDIZADO E PERMANÊNCIA DO EDUCANDO NA EJA DO ENSINO TÉCNICO

Viviane Corrêa do Nascimento

vivianecnascimento@yahoo.com.br

Professora na Etec Júlio de Mesquita, Santo André/ São Paulo, Centro Paula Souza. Orientada por Sueli Medeiros Nanni.

Essa pesquisa trata da influência da afetividade no relacionamento entre docentes e estudantes na Educação de Jovens e Adultos, e a relação desse vínculo afetivo com a permanência dos estudantes na unidade escolar. A metodologia adotada foi o levantamento bibliográfico. Como resultado constatamos que, para se obter melhores resultados, a relação entre o professor e o estudante deve ser amistosa, pautada em respeito e focada nos interesses deste último.

Esta investigación se ocupa de la influencia del afecto en la relación entre profesores y alumnos en la Educación de Jóvenes y Adultos, y la relación de este vínculo afectivo con la permanencia de los estudiantes en las escuelas. La metodología fue la revisión bibliográfica. Como resultado, se concluyó que, para obtener mejores resultados, la relación entre el profesor y el estudiante debe ser amigable, basada en el respeto y volcada a los intereses del alumno.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA), afetividade, aprendizagem, evasão escolar.

INTRODUÇÃO

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) se deparam na sua vida com desafios que refletem diretamente nos seus índices de evasão escolar. Compreender o vínculo afetivo entre professores e alunos é uma das principais formas de favorecer o processo de aprendizado e diminuir a evasão escolar (MARCHAND, 1985).

De acordo com Dantas (1992) o professor da EJA necessita ter um perfil diferenciado pois sua ação exerce influência direta no sucesso e a adesão do aluno. O educador necessita valorizar o conhecimento previamente adquirido de cada educando com gentileza, afetividade e respeito.

A presente pesquisa tem por objetivos verificar quais motivos levam o aluno à evasão do curso da EJA; caracterizar a importância do vínculo afetivo no aprendizado do aluno; estabelecer a relação de vínculo afetivo entre professor-aluno e como isso reflete no aprendizado.

ABORDAGENS TEÓRICAS DA APRENDIZAGEM

Iniciaremos com uma reflexão sobre os conceitos de construção do conhecimento desde a infância. Bock (2001) nos descreve que Jean Piaget e Levi Vygotski concebem a criança como um ser atento, que constantemente cria hipóteses sobre o seu ambiente e a influência do mesmo. Entretanto existem muitas diferenças na maneira de conceber o processo de desenvolvimento.

Na abordagem cognitivista de Jean Piaget (1896-1980) o ser humano é capaz de organizar suas experiências e o desenvolvimento das suas estruturas cognitivas segue alguns estágios hierárquicos ao longo da sua vida.

A abordagem social de Levi Vygotsky (1896-1934) sugere que as pessoas aprendam através do convívio. O ambiente social em que a criança nasce é um fator fundamental para o aprendizado. À medida que ocorrem variações nesse ambiente seu desenvolvimento também variará. A linguagem possui importante função no desenvolvimento cognitivo, agindo na reorganização dos processos que estão em andamento (BOCK, 2001).

O DESENVOLVIMENTO HUMANO

É fato que o desenvolvimento humano influencia diretamente no aprendizado das pessoas, sendo então importante que os educadores tenham ciência do mesmo. A partir do momento que o educador tem esse conhecimento, é possível reconhecer características pertinentes às diferentes faixas etárias e com isso respeitar seus limites e ritmos de aprendizagem, buscando metodologias apropriadas para estimular o desempenho dos alunos e respeitando suas evoluções individuais (BOCK, 2001).

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Para que se tenha uma maior compreensão da EJA vamos acompanhar o seu desenvolvimento histórico:

- Década de 30 – a educação de adultos começa a se consolidar;
- Década de 40 – a educação de adultos toma a forma de Campanha Nacional de Massa;
- Década de 50 - a campanha se extinguiu antes do final da década sob críticas quanto às suas orientações pedagógicas e suas deficiências administrativas e financeiras;
- Década de 60 - o pensamento de Paulo Freire inspira os principais programas de alfabetização do país;
- 1964 - aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Ainda nesse ano o plano foi interrompido pelo golpe militar;
- 1988 - conforme o parecer da Constituição Federal deste ano, todos os cidadãos são integrantes do princípio educativo. No artigo 214 da Constituição Federal expõe-se uma preocupação com a EJA;
- 1996 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 dedica dois artigos (art. 37 e 38) para reafirmar a obrigatoriedade e a gratuidade da educação para todos que não tiveram acesso na idade própria;
- 2000 - sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer CEB/CNE nº. 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução CNE/CEB nº. 01/2000;
- 2001 – o Plano Nacional de Educação é sancionado mantendo a modalidade EJA.

OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Durante muito tempo a sociedade acreditou que os adultos tinham menos capacidade para aprender do que as crianças. Hoje sabe-se que os adultos aprendem tanto quanto os mais jovens, necessitando apenas de estratégias e metodologias direcionadas às suas faixas etárias (SOARES, 1996).

A EJA atende aos alunos com características diferenciadas considerando suas faixas etárias e suas suas experiências de vida (PORCARO, 2004).

O professor da EJA necessita ter um perfil diferenciado e trabalhar com metodologias específicas para adultos, pois sua ação exerce influência direta no sucesso e a adesão do aluno. Nesse contexto, o professor não é mais o detentor pleno do conhecimento mas um facilitador, não havendo assim uma hierarquia direta e sim uma relação de cumplicidade (MOYSÉS, 2003).

A ausência de carisma, dedicação e empatia do educador refletem na tendência dos alunos em desistir do curso.

O USO DE TECNOLOGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O docente deve estabelecer em seu Plano de Trabalho Docente (PTD) alternativas metodológicas que envolvam o uso de tecnologias. Já o educando deve desenvolver competências para acessar informações, compreendê-las, criticá-las e aplicá-las em situações e contextos diversos (MORAN, 2000).

De acordo com Moran (2000), a tecnologia e seu avanço é uma realidade. Vivemos na era digital onde os alunos já estão familiarizados com os botões, os sons, as imagens e o movimento. No entanto, nem todos os docentes estão preparados e dispostos para acompanhar essa evolução da educação. Lidar com a tecnologia implica não só no olhar pedagógico, mas também no seu manuseio operacional.

A RELAÇÃO AFETIVA ENTRE DOCENTE E DISCENTE

De acordo com Bock (2006), a partir do desenvolvimento da linguagem em uma criança várias designações são atribuídas às sensações de afeto.

A palavra afeto vem do latim “affectus” que quer dizer afligir, abalar, atingir, então afetividade refere-se à disposição do ser humano de ser afetado e reagir com estados externos ou internos que a situação desperta, ora agradáveis, ora desagradáveis. A afetividade é o amadurecimento dos sentimentos, ou seja, a vida humana é composta por fases e momentos, e em cada uma delas ocorre o processo de maturação (ALMEIDA, 2003).

A aproximação afetiva entre educador e estudante permite que o professor identifique quais são as barreiras no processo de aprendizagem. O ensino propicia uma imensa riqueza na criatividade, e tem como papel principal o de construtor do conhecimento. Dessa forma, é de grande valia que a prática pedagógica seja pautada no carinho, respeito e afetividade, o que colabora com uma melhor assimilação do conteúdo teórico, e ao mesmo tempo, estimula a adesão, a participação e também demonstração da criatividade individual e em grupo dos estudantes (DANTAS, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise e reflexão do material pesquisado foi possível identificar que existe uma influência positiva entre o vínculo afetivo e o aspecto cognitivo dos estudantes. Foi observado ainda que um ambiente de estudo pautado no respeito e troca de conhecimentos é propício para a aprendizagem e permanência do educando da EJA. Em contrapartida, a ausência de carisma, dedicação e empatia do educador refletem diretamente na tendência dos alunos em desistir do curso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Educação, ambientes virtuais e interatividade. In: Silva, M. Educação on line: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2003.

ANTUNES C. Relações Interpessoais e Autoestima: a sala de aula como um espaço do crescimento integral. Fascículo 16. Petrópolis: Vozes; 2003.

BARROS, C.S.G. Pontos de psicologia do desenvolvimento. São Paulo. Ática, 1987.

BOCK, FURTADO; TEIXEIRA. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOCK, Paola Gentile de, Parceiros na Aprendizagem. In: Revista Nova Escola. Junho/ julho de 2006.

BRANDEN N. Autoestima: como aprender a gostar de si mesmo. Gouveia R [tradução]. 40ª ed. São Paulo: Saraiva; 2003.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB 11/200. Disponível em: <[HTTP://portalmeec.gov.br](http://portalmeec.gov.br)>.

Brasil. Lei 9.394 – LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

DANTAS, H. A Afetividade e a Construção do Sujeito na Psicogenética de Wallon. In. LA TAILLE, Yves de (orgs). Piaget, Vygotsky, Wallon : Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo : Summus, 1992.

KUPFER, MC. Freud e a Educação: O Mestre do Impossível. São Paulo: Scipione, 2005.

MARCHAND, M. A Afetividade do Educador. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

MORAN, JM, MASETTO, MT e BEHRENS, MA. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2000. (Coleção Papyrus Educação), 17ª edição,

2010.

MORIN, E. Introdução ao Pensamento complexo. Lisboa, Instituto Piaget, 1991.
Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal, EDUFRN, 1999.

MOSQUERA, J. J. M. Tentativa de Caracterização dos Sentimentos dos Professores nos Diferentes Graus de Ensino. Porto Alegre: Sulina, 1976.

MOYSÉS L. Autoestima se constrói passo a passo. 3ª ed. Campinas: Papirus; 2003.

PORCARO RC. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2004. [acesso em 12 maio 2013]. Disponível em <<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>>.

REGO, Teresa Cristina Rego. Vygotsky: Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação. 13a.Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SOARES LJG. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica. set/out 1996; 2(11) apud Porcaro RC. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2004. Disponível em <<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>>. Acesso em: 12 mai. 2013.



AS DIMENSÕES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES PARA O PÚBLICO DE JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Viviane Borda

viviane2005@gmail.com

Diretora de Serviços Acadêmicos na Etec Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho, Ipaussu/ SP, Centro Paula Souza. Orientado por Juliana Nazaré Alves.

Este artigo investiga as concepções dos professores da Educação Profissional sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa e fez-se uso de um questionário. A reflexão permitiu compreender em que amplitude a prática docente pode contribuir com a qualidade dos cursos da modalidade EJA integrada à Educação Profissional.

Este trabajo investiga las concepciones de los profesores de la Educación Profesional acerca de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). La metodología utilizada fue el enfoque cualitativo y se hizo uso de un cuestionario. La reflexión nos permitió comprender en qué medida la práctica de la enseñanza puede contribuir a la calidad de los cursos de la modalidad EJA integrada a la Educación Profesional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA), formação de professores, práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se numa modalidade de ensino com estreita relação com a Educação Profissional. Os alunos da EJA, assim como os alunos da Educação Profissional, buscam melhorar a sua qualidade de vida. Isso implica em contemplar, no currículo e nas práticas pedagógicas dessa modalidade de educação, reflexões sobre a função social da escola.

O desenvolvimento de um currículo voltado para a prática de uma educação integral, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, tem como princípio os quatro pilares da educação. Para isso é necessária uma prática educacional que dê acesso ao mundo do trabalho e permita a compreensão da realidade social.

Com base nesses pressupostos foi feito um levantamento na ETEC Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho, sendo constatado que seus alunos são na maioria trabalhadores com idade entre 17 e 54 anos.

Este estudo se justifica pela necessidade de se conhecer as práticas pedagógicas dos professores dos cursos técnicos para melhor compreender se eles estão preparados para trabalhar com os alunos dos cursos técnicos e da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos.

Este trabalho tem como objetivo principal investigar que concepções pedagógicas da EJA estão presentes no processo de ensino. A partir dessa orientação, especificamos as abordagens pedagógicas utilizadas pelos professores. Finalmente, analisamos a interferência da formação inicial e continuada nas práticas dos docentes, pois afirmamos que a ação docente está vinculada ao processo formativo do professor.

A metodologia utilizada na pesquisa é de natureza qualitativa. Segundo Bogdan; Biklen (1994), esse tipo de pesquisa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito que não pode ser traduzido numericamente, mas trabalha-se com descrições, comparações e interpretações.

O lócus escolhido para a realização pesquisa, a Escola Técnica (Etec) Prof. Pedro Leme Brisolla Sobrinho de Ipaussu - SP, se justifica por se tratar de uma escola com oferta de cursos técnicos de nível médio em diversas formas: integrado, concomitante / sequencial e com público bastante diversificado.

Os dados foram coletados através de um questionário direcionado para levantar dos entrevistados sua formação, o tempo de atuação na Etec, suas concepções sobre Educação de Jovens e Adultos e suas práticas pedagógicas na Educação Profissional.

Optamos pela técnica de análise de conteúdo para interpretação dos dados obtidos na pesquisa (BARDIN, 1995, p. 31).

O critério para a seleção da amostra está associado à sua adequação ao objeto de estudo, que segundo THIOLENT (1987, p. 34), pressupõe a disponibilidade dos entrevistados cabendo ao pesquisador avaliar a relevância dessa representatividade através de sua “intuição”.

A escola, enquanto campo para o desenvolvimento de saberes, é também local para que os professores possam desenvolver conjuntamente práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento desses saberes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

As primeiras iniciativas da EJA surgiram no início do século XX. Somente na década de 1940 foram inseridas iniciativas de alfabetização através de programas específicos. Na década de 1960, com a influência do ideário de Paulo Freire foram empreendidos programas de alfabetização de jovens e adultos. A partir da década de 1990, com a democratização do acesso à educação para todos os cidadãos começaram a ser implantados programas para a formação profissional de jovens e adultos.

São várias as razões que fazem com que jovens a partir de 17 anos até a idade adulta, inclusive idosos, fiquem à margem do sistema escolar na idade apropriada. Podemos citar a necessidade de ingressarem no mercado de trabalho quando ainda jovens, o insucesso escolar e a falta de acesso às próprias políticas educacionais para esse público.

No processo de formação de jovens e adultos os professores têm papel fundamental, tanto no resgate da autoestima desses indivíduos, quanto na sua formação como

cidadão apto a ser inserido no mercado de trabalho. Pudemos, assim, constatar que há bastante clareza sobre as características da EJA pelos professores da Educação Profissional.

O trabalho do professor é o de mediar a relação entre o ensino e a aprendizagem dos alunos, ou seja, não somente transmitir conteúdos, mas conduzir o processo organizando atividades que levem os alunos à aprendizagem significativa.

As práticas pedagógicas exercidas pelos professores são influenciadas por tendências (abordagens/ concepções) pedagógicas. LIBÂNEO (1994); SAVIANI (2005) apresentam duas diretrizes principais seguidas pela Pedagogia no Brasil: a liberal e a progressista. A tendência liberal se manifesta numa pedagogia tradicional, renovada e tecnicista, com concepções humanistas e produtivistas em suas abordagens.

A corrente progressista, por sua vez, se manifesta na pedagogia libertadora de FREIRE (2003) e crítico-social dos conteúdos, defendida por SAVIANI (2008). Essa tendência se manifestou no Brasil nos fins da década de 1970, acentuando a prioridade de focar os conteúdos no seu confronto com as realidades sociais, enfatizando o conhecimento histórico. Sua função é preparar o aluno para a participação organizada e ativa na democratização da sociedade, por meio da aquisição de conteúdos e da sua socialização.

A pesquisa constatou que os professores utilizam práticas docentes apoiadas em abordagens pedagógicas diversificadas, transitando da liberal para a mais progressista. Os professores também consideram muito importante diversificar as práticas pedagógicas, pois mesmo não sendo o ensino técnico modular um programa específico para jovens e adultos, é preciso considerar a diversidade dessa clientela. Além do planejamento de ações concretas para um bom processo de ensino-aprendizagem, os professores consideram fundamental sempre contextualizar os conhecimentos, a fim de manter o aluno interessado e motivado.

As práticas pedagógicas de cunho progressistas vão de encontro com as finalidades propostas para a educação básica na LDB nº 9394/96 no seu Artigo 22, incluindo a Educação de Jovens e Adultos.

Ainda que tenhamos verificado que os professores desenvolvem suas práticas pedagógicas apoiados em modelos que lhes são familiares, verificamos que esse

aspecto ocorre influenciado pela sua própria formação inicial e continuada. As diversas áreas de formação superior dos docentes para atuarem na Educação Profissional levam em conta a formação principal em áreas específicas (administração, informática, nutrição, etc), relegando ao segundo plano a formação pedagógica necessária para a docência. Dos professores entrevistados, 40% deles ainda não possuíam a formação pedagógica e nenhum possuía uma formação inicial ou continuada específica para atuar na EJA.

Para reverter esse quadro, NÓVOA (1992) propõe que a formação de professores deve assumir uma vertente mais prática, centrada na aprendizagem dos alunos e no estudo de casos concretos. Deve basear-se na aquisição de uma cultura profissional, concedendo aos professores mais experientes um papel central na formação dos professores mais novos.

A pesquisa demonstrou que apenas os professores com menos tempo de atuação na escola se sentem desorientados para efetivarem um trabalho diferenciado quando necessário.

Também ficou claro que o planejamento se apresenta com alguns entraves. Os professores da Educação Profissional têm pleno conhecimento das diretrizes contidas nos Planos de Curso das diversas áreas para a elaboração de seu Plano de Trabalho Docente. Contudo, a maioria deles apontou a falta de um diagnóstico das turmas em que ministram aulas para orientarem a elaboração de seus Planos de Trabalho Docente.

CONCLUSÃO

A pesquisa contribui com a retomada da discussão sobre as práticas e a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos.

Os professores da Educação Profissional compreendem que a EJA apresenta suas particularidades, e assim necessita de práticas pedagógicas diversificadas. Assim como na Educação Profissional, entendemos que o professor da Educação Profissional Integrada à EJA deve realizar um trabalho nesse sentido, voltado para a formação integral do aluno, construída com um trabalho pedagógico apoiado numa pedagogia crítica. Para isso é imprescindível a formação continuada dos professores a fim de

fornecer suporte teórico e proporcionar momentos de reflexão sobre a formação social e profissional do aluno jovem a adulto.

É importante também destacar o próprio campo de atuação, a escola, como local de profissionalização do professor, capaz de criar uma identidade para os professores da EJA integrada à Educação Profissional e voltada para as demandas locais. A escola, enquanto campo para o desenvolvimento de saberes (conceituais, procedimentais, atitudinais, sociais e profissionais), é também local para que os professores possam desenvolver conjuntamente práticas pedagógicas adequadas ao desenvolvimento desses saberes.

O trabalho coletivo se configura como eixo norteador, iniciado com o planejamento e reavaliado pela equipe de docentes e coordenadores nos momentos de reflexão coletiva (planejamento, reuniões pedagógicas e replanejamento). Assim, o Plano de Trabalho Docente, que se manifesta como expressão do currículo em sala de aula, deve expressar e legitimar as finalidades da Educação Profissional Integrada à EJA.

Concluimos nossa discussão reiterando que o fio condutor do trabalho docente na Educação Profissional Integrada à EJA deve se apoiar na reflexão para uma prática específica para essa modalidade de educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Editora Porto, 1994.

BRASIL. Ministério de Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei 11.741 de 2008. Alteram dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

NÓVOA, A. (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SANTOMÉ, J. T. As culturas Negadas e Silenciadas no Currículo. In: SILVA, T. T. (org). Alienígenas na sala de Aula. Petrópolis RJ: Vozes, 1995.

SAVIANI, D. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.

Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html>. Acesso em: 29 jul. 2013.

_____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, Antônio. Os professores e sua formação. Dom Quixote: Lisboa, 1992

THIOLLENT, M. J. M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5. Ed. São Paulo: Editora Polis, 1987.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



PROPOSTAS PARA O AUMENTO DA TAXA DE PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA RELACIONADAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Zaina Maria Garbellini

zainamg@yahoo.com.br

zaina.garbellini@etec.sp.gov.br

Professora/Diretora da Etec Antônio de Pádua Cardoso, Batatais, Centro Paula Souza. Orientada por Lídia Ramos Aleixo de Souza.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para proporcionar uma oportunidade de formação à população que não teve acesso ou possibilidade de completar seus estudos nas idades apropriadas. Entretanto, o índice de abandono escolar é alto nesta modalidade, representando um dos maiores desafios a serem vencidos. Este artigo pretende mostrar alguns caminhos a serem adotados para reduzir o alto índice de abandono escolar na EJA.

La Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) es una modalidad de enseñanza destinada a proporcionarle una oportunidad de formación a la población que no tuvo acceso o posibilidad de completar sus estudios a las edades apropiadas. Sin embargo, el índice de abandono escolar es alto en esta modalidad, representando uno de los mayores retos a superarse. El presente artículo pretende mostrar algunos caminos a adoptarse para reducir el alto índice de abandono escolar en la EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade, trabalhador.

INTRODUÇÃO

Segundo dados do PNAD 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), no estudo intitulado “Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional”, 42,7% dos alunos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) abandonam o curso. A presente pesquisa teve por objetivo, captar o alcance desta forma de educação oferecidos nas diferentes modalidades. O estudo aponta que a EJA era frequentada em 2007 por cerca de 10,9 milhões de pessoas. E, das cerca de 8 milhões de pessoas que passaram pela EJA antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso, sendo que o principal motivo foi a incompatibilidade de horário (27,9%), seguido pela falta de interesse pelo curso (15,6%).

Complementando estes dados, aplicou-se uma pesquisa com alunos do curso de EJA. Esta teve como intenção levantar alguns dados para comparação entre a realidade das redes municipais de ensino e os dados da pesquisa do IBGE.

CARMO nos coloca que o fenômeno do fracasso e da evasão escolar não é exclusivo da EJA e está presente em qualquer lugar onde exista a educação escolarizada. De acordo com CARMO, (p. 5) o não reconhecimento social é a causa principal de evasão da EJA. Esse estudo investiga também as causas da “falta de interesse” dos alunos em continuar a escola, e conclui que o não reconhecimento social é a real motivação do aluno para não concluir os seus estudos.

A postura que se exige de um professor é aquela que vai contribuir para o desenvolvimento dos alunos através da libertação das suas potencialidades. Para que isso ocorra, a capacitação dos docentes é um elemento fundamental, já que os métodos de ensino e aprendizagem e etapas de avaliação devem ser compatíveis com os alunos da EJA, que apresentam níveis de conhecimentos, experiências e expectativas muito diversas entre si.

A escola, tendo o dever de educar o cidadão para a vida e para o mundo do trabalho, deve priorizar a formação de indivíduos que tenham a capacidade de superar as relações de dominação, submissão, preconceitos e exclusão social.

ESCOLA, ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com Freire, o ser humano é um ser “programado para aprender”, inacabado, mas consciente de seu inacabamento, por isso mesmo em permanente busca, indagador, curioso em torno de si no e com o mundo e com os outros. Como seres que somos, “inacabados”, a nossa educação deve ser permanente, no sentido da consciência que se tem de sua finitude.

Um dos caminhos para a formação educacional é aquela voltada ao exercício profissional. E o documento base do PROEJA propõe em seis princípios fundamentais a construção da escola que pretendemos:

- 1º As entidades públicas integrantes dos sistemas educacionais têm o papel e o compromisso de incluir a população em suas ofertas educacionais;
- 2º A modalidade EJA integrada à educação profissional deve ser inserida nos sistemas educacionais públicos;
- 3º A ampliação do direito ao ensino médio;
- 4º O trabalho deve ser entendido como um princípio educativo;
- 5º A pesquisa deve ser entendida como fundamento da formação do sujeito;
- 6º As condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais devem ser consideradas como constituintes das identidades dos jovens e adultos, categorias estas que estão além da de “trabalhadores”.

ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA APLICADA EM UMA ESCOLA DE EJA

Para efeitos deste trabalho, foi aplicada uma pesquisa na qual participaram 38 alunos do curso de EJA da Escola EMEIEF Caic Prof. Gilberto Dalla Vecchia, período noturno, na cidade de Batatais, estado de São Paulo. Tal pesquisa demonstrou os seguintes resultados, quando os alunos foram perguntados sobre os motivos que os levaram de volta à escola:

- a) Conseguir o primeiro diploma e um emprego melhor (59,5%);
- b) Aprender e realizar mais coisas, como ajudar os filhos a fazer tarefas, conversar, cuidar melhor do dinheiro e da família, entre outros (35,1%);
- c) Não tinha nada para fazer em casa e é melhor estar na escola porque pelo menos convivo com outras pessoas (5,4%).

A pesquisa também constatou que 24,3% dos alunos não trabalham; 43,8% relataram não entender tudo que o professor explica; 28,9% afirmaram que nenhum professor explica melhor que outro; 23,7% afirmaram possuir uma aprendizagem regular na escola; 65,8% afirmaram possuir uma boa aprendizagem fora da escola; 86,8% afirmaram ter o apoio da família para estudar; 2,6% queriam apenas saber ler e escrever; 7,9% queriam concluir o Ensino Fundamental; 15,8% queriam concluir o Ensino Médio; 23,7% queriam cursar um Ensino Profissional Técnico e 50% pretendiam alcançar o ensino superior.

A perspectiva de obter novas aprendizagens é evidente para conseguir um emprego melhor, obter um diploma, ou realizar mais coisas na vida.

A escola tem que estar preparada para receber alunos com bagagens intelectuais tão diferentes, com faixa-etária a partir dos 16 anos e com diferentes motivações para frequentar a escola, fatores estes que influem na taxa de sucesso escolar.

Outro aspecto a ser abordado é sobre a posição do professor frente aos conhecimentos que os alunos trazem para a escola, em que FREIRE (1996, p. 15) ressalta que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos:

Por isso mesmo pensar certo coloca o professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Os desafios que se impõem devem ser trabalhados rotineiramente, a fim de que os alunos sejam os grandes beneficiários deste processo.

CONCLUSÃO

O artigo proposto teve a intenção de mostrar que as altas taxas de abandono escolar na Educação de Jovens e Adultos devem ser analisadas não só pelas escolas, seus professores e os profissionais da educação, mas também pelos governos que, juntos, devem desenvolver ações de combate à evasão e, paralelamente, ações para a

permanência do aluno na escola, atendendo assim as demandas da sociedade, que reclamam por alunos que tenham uma formação integral de qualidade.

Adicionalmente, a experiência de vida que os alunos da EJA possuem deve ser considerada e analisada. A escola, tendo o dever de educar o cidadão para a vida e para o mundo do trabalho, deve buscar saídas viáveis que possam auxiliá-la neste processo educativo, priorizando a formação de indivíduos que tenham a capacidade de superar as relações de dominação, submissão, preconceitos e de exclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Formação Inicial e Continuada / Ensino Fundamental. Documento Base. Brasília, 2007.

CARMO, G. T. Evasão de alunos na EJA e Reconhecimento Social: Crítica ao Senso Comum e as suas Justificativas. UENF. s/d.

FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATHIEU, E. R. O; BELEZIA, E. C. Formação de jovens e adultos: (Re)Construindo a prática pedagógica. São Paulo; Centro Paula Souza, 2013.

Aspectos complementares da educação de jovens e adultos. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/suplementos/jovens/tabelas/tab1072.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

IBGE divulga perfil da educação e alfabetização de jovens e adultos e da educação profissional no país. Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1375>>. Acesso em: 14 out. 2013.



CHAMADA DE TRABALHOS

Período de envio de trabalhos: **01/07/2015 a 15/08/2015**

Envie seu trabalho para: perspectivas@cps.sp.gov.br

1. A Revista

A Perspectiv@s: um novo olhar para a educação de jovens e adultos é editada pela Unidade do Ensino Médio e Técnico, com apoio do Programa Brasil Profissionalizado, e tem por objetivo apresentar pesquisas em educação, tendo como foco a educação de jovens e adultos e sua relação com o mundo do trabalho.

2. Os trabalhos

A temática da revista é Educação, nos diversos aspectos metodológicos, políticos e estruturais da educação profissionais de jovens e adultos.

3. Submissão dos Trabalhos

A submissão de Trabalhos para análise da Comissão Editorial é feita única e exclusivamente pelo e-mail perspectivas@centropaulasouza.sp.gov.br. Ao submeter os Trabalhos, os autores ficam cientes e concordam com as normas editoriais da Revista.

4. Normas de Padronização

Os Trabalhos não devem ultrapassar quinze laudas e devem obedecer à norma culta da língua portuguesa, no formato ABNT.

Na primeira página o título em letras maiúsculas, em negrito e centralizado; abaixo do título o nome do (a) autor (a) e coautor(es) (no máximo dois) com identificação das instituições de origem, e e-mail do(s) autor(es); abaixo informar mini currículo e finalmente, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento e considerações finais/conclusão.

As notas de rodapé, sendo indispensáveis, devem ser colocadas no final do Trabalho, antes das referências bibliográficas.

Os títulos das seções internas devem estar em negrito e alinhados à esquerda. Os subtítulos devem ter recuo para parágrafo de 1,5 em relação aos títulos. Utilizar fonte Arial, tamanho 12 e espaçamento entre linhas de 1,5 linha.

5. Prazos

Pré-seleção de artigos recebidos: **17/08/15 a 04/09/15**

Análise dos artigos pela comissão: **08/09/15 a 09/10/15**

Eventuais correções nos artigos, de acordo com as sugestões da comissão: **13/10/15 a 30/10/15**

Editoração: **03/11/15 a 13/11/15**

Lançamento da revista: **1ª Quinzena de Dezembro de 2015.**

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Estas diretrizes editoriais têm o objetivo de garantir instruções para submissão e publicação na revista *Perspectiv@s: um novo olhar para a educação de jovens e adultos*, é editada pela Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, de periodicidade semestral, com o objetivo de promover e divulgar estudos, reflexões e pesquisas na área de educação, com foco na educação de jovens e adultos e na educação profissional.

Os artigos produzidos serão submetidos à análise da Comissão Editorial, que poderá ou não aceitar tais artigos, e eventualmente, sugerir modificações ao(s) autor(es), a fim de adequar os textos à publicação. O Centro Paula Souza e a Comissão Editorial não se responsabilizam pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos nos textos, que são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Todos os trabalhos serão submetidos à leitura de, no mínimo, dois pareceristas da Comissão Editorial ou de especialistas convidados, sendo garantido sigilo e anonimato tanto do(s) autor(es) quanto dos pareceristas. Os nomes e demais dados do(s) autor(es) informados serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros. As sínteses dos pareceres, em caso de aceite condicionado ou recusa, serão encaminhadas, pela Comissão Editorial, exclusivamente ao(s) autor(es).

O artigo deve conter em sua estrutura Título, Resumo, Palavras-chave, Introdução, Desenvolvimento e Conclusão/Considerações Finais. Deve considerar adequado tratamento para citações, correta indicação para ilustrações, tabelas e gráficos e apresentar a exposição de referencial utilizado. A escolha, pela Comissão Editorial, dos artigos para publicação priorizará a relevância e atualidade do tema e a abrangência do estudo. Cada parecerista, de forma individual, efetuará a análise, considerando o que se segue:

- a) pauta nos aspectos técnicos do artigo, independente de o material ser controverso, contraditório ou mesmo contrário às suas teorias às teses em uso, mas que, tecnicamente, esteja adequado aos padrões de qualidade da revista.
- b) o parecerista, em sua análise, poderá sugerir adequações quanto às terminologias utilizadas pelo(s) autor(es).
- c) será recusado o artigo que fizer alusão depreciativa a qualquer indivíduo quer seja no âmbito pessoal ou profissional.

CONTATOS

Centro Paula Souza
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro - São Paulo - SP
01124-060

Profa. Eva Chow Belezia
Professora Coordenadora EJA
perspectivas@cps.sp.gov.br

Ensino e aprendizagem
na educação de jovens e adultos

CENTRO PAULA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA